



Planos de Ação das Subprefeituras 2026-2029

Produto 1 – Bases e Indicadores

Santana-Tucuruvi

Setembro de 2025

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL
Coordenadoria de Planejamento Urbano – PLANURB

Apresentação

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras (PAS) está prevista para ocorrer no início de cada gestão municipal, em articulação com os demais instrumentos do Sistema Municipal de Planejamento. Os PAS constituem-se como peças estratégicas para a territorialização e integração das políticas públicas, envolvendo a colaboração de diversos órgãos da administração municipal e a participação da sociedade civil. A construção desses Planos segue, principalmente, as determinações do Plano Diretor Estratégico (PDE) e do Decreto 57.537/2016, que institui os Planos Regionais das Subprefeituras (PRS).

Os PAS têm o propósito de identificar sinergias e promover a compatibilidade entre a territorialização das ações dos diversos órgãos públicos, e as prioridades definidas no Programa de Metas (PdM) e nos instrumentos orçamentários, articulando-as com as diretrizes propostas nos PRS para os territórios das Subprefeituras.

Em consonância com as normativas citadas, sua elaboração envolve as Subprefeituras, com apoio da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) e suporte técnico da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL).

Este produto, elaborado pela Coordenadoria de Planejamento Urbano (SMUL/PLANURB), corresponde à etapa inicial desse processo, previsto para ser concluído em duas etapas. Apresenta a prospecção sobre diferentes dimensões do planejamento municipal vinculadas, especificamente, à **Subprefeitura Santana-Tucuruvi**, localizada na Macrorregião Norte 1. Ele se soma aos demais produtos elaborados para cada uma das 32 subprefeituras do município nesta etapa, os quais, em conjunto, combinam diretrizes de desenvolvimento urbano, demandas da população, ações e intervenções territoriais previstas e prioridades da gestão definidas na versão inicial do Programa de Metas 2025-2028.

As informações contidas neste relatório são insumos para a posterior consolidação dos PAS, articulada com a versão participativa do Programa de Metas, fortalecendo-o como ferramenta estratégica de articulação institucional e de conexão entre planejamento urbano e gestão territorial na tomada de decisões de gestores públicos e órgãos colegiados em nível local.

Sumário

1. Classificação por Eixos Temáticos	3
2. Instrumentos de Planejamento Urbano	5
2.1. Plano Diretor Estratégico: Macrozonas e Macroáreas	5
2.2. Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo	9
2.3. Planos Regionais das Subprefeituras	13
2.3.1. Contexto Macrorregional	13
2.3.2. Contexto Regional	14
2.3.3. Perímetros de Ação	15
3. Dados e Indicadores	18
3.1. Perfil Demográfico da Subprefeitura	18
3.2. Indicadores por Eixo Temático	23
4. Intervenções territoriais previstas	26
5. Participação Social	31
6. Mapas por Bloco Temático	32
7. Considerações finais	35

1. Classificação por Eixos Temáticos

Com o objetivo de viabilizar o cruzamento de informações provenientes de instrumentos de planejamento municipal de diferentes naturezas e características, foi realizada a classificação em Eixos Temáticos. Essa organização não consta nos documentos originais, mas constitui uma chave de leitura proposta para integrar conteúdos de planejamento urbano, políticas públicas setoriais, prioridades governamentais e outros instrumentos relevantes.

Os Eixos Temáticos foram definidos com base nos Sistemas Urbanos e Ambientais que integram a Política de Desenvolvimento Urbano do Município e são detalhados nos planos setoriais, em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor Estratégico. A seguir, apresentam-se um breve panorama do conteúdo abordado em cada Eixo.

Meio Ambiente

Aborda, principalmente, as disposições sobre o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), com foco em áreas públicas. Inclui rede hídrica, arborização urbana, praças, parques, corredores verdes, conservação e recuperação ambiental, educação ambiental, mudanças climáticas e ilhas de calor.

Infraestrutura e Saneamento Ambiental

Aborda o Sistema de Saneamento Ambiental, incluindo drenagem, resíduos sólidos, esgotamento sanitário e abastecimento de água, além de infraestruturas de utilidade pública, como energia elétrica, iluminação pública e telecomunicações. Incorpora o conceito de Cidade Inteligente, refletindo o incentivo à tecnologia e à inovação.

Habitação Social

Abrange ações voltadas à redução do déficit habitacional, de moradias inadequadas e de assentamentos precários, incluindo iniciativas de provisão habitacional, regularização fundiária e planos de urbanização, além das ações em áreas sujeitas a risco geológico e/ou hidrológico.

Desenvolvimento Econômico Sustentável

Compreende estratégias de promoção e desconcentração de atividades econômicas nas zonas urbanas e rural, envolvendo centralidades, turismo, agroecologia e desenvolvimento rural, economia criativa e inovação tecnológica, e atividade industrial.

Desenvolvimento Social e Equipamentos

Reúne ações e equipamentos públicos voltados à efetivação de direitos sociais, incluindo educação, saúde, esporte e lazer, cultura, assistência social, abastecimento e segurança alimentar. Considera também redução da vulnerabilidade social e promoção da segurança pública.

Patrimônio Cultural

Aborda a preservação e valorização de bens culturais materiais e imateriais, bem como áreas representativas da identidade e memória cultural, histórica e urbanística da cidade, incluindo os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP).

Mobilidade

Inclui o conjunto dos modos de transporte e infraestruturas de circulação, abrangendo circulação de pedestres, acessibilidade universal, sistema cicloviário, sistema de transporte coletivo público, sistema hidroviário, sistema viário, sistema de logística de cargas, segurança viária e integração entre modais.

Considerando as especificidades de cada instrumento, seu conteúdo foi classificado nos Eixos Temáticos e Subtemas correspondentes, podendo se vincular a mais de um eixo. Quando pertinente, para facilitar a análise integrada, os Eixos Temáticos foram organizados em dois blocos. O **Bloco Temático 1** inclui Meio Ambiente, Infraestrutura e Saneamento Ambiental e Habitação Social, enquanto o **Bloco Temático 2** agrupa Desenvolvimento Econômico Sustentável, Desenvolvimento Social e Equipamentos, Patrimônio Cultural e Mobilidade.

2. Instrumentos de Planejamento Urbano

Esta seção apresenta, sinteticamente, as características incidentes no território da subprefeitura estabelecidas pelos diferentes instrumentos da Política de Desenvolvimento Urbano, e incluem: (1) as macrozonas e macroáreas do Plano Diretor Estratégico; (2) o zoneamento previsto na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo; e (3) contexto territorial, definições e diretrizes dos Planos Regionais das Subprefeituras.

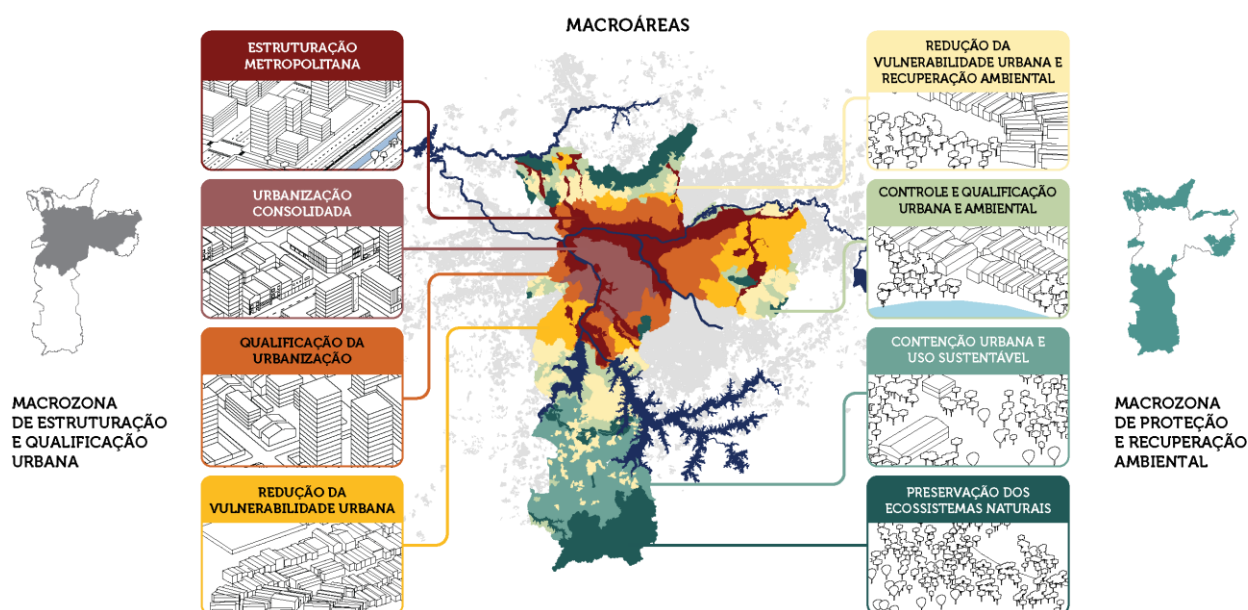
2.1. Plano Diretor Estratégico: Macrozonas e Macroáreas

Definidas pelos artigos 8º a 21º do Plano Diretor Estratégico - PDE (Lei 16.050/2014, revisada pelas Leis 17.975/2023 e 18.209/2024), as Macrozonas e Macroáreas constituem compartimentos do ordenamento territorial de São Paulo. Cada uma estabelece diretrizes e objetivos específicos para cada território, buscando um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável. Foram delimitadas de acordo com critérios de homogeneidade das características regionais, levando em conta dimensões sociais, ambientais, imobiliárias, econômicas e culturais.

A Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, definida como a mais adequada para abrigar usos e atividades urbanos, apresenta grande diversidade de padrões de urbanização e desigualdade socioespacial. Para orientar o desenvolvimento urbano a partir de objetivos específicos, subdivide-se em 4 macroáreas: Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM), Macroárea de Urbanização Consolidada (MUC), Macroárea de Qualificação da Urbanização (MQU) e Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana (MRVU).

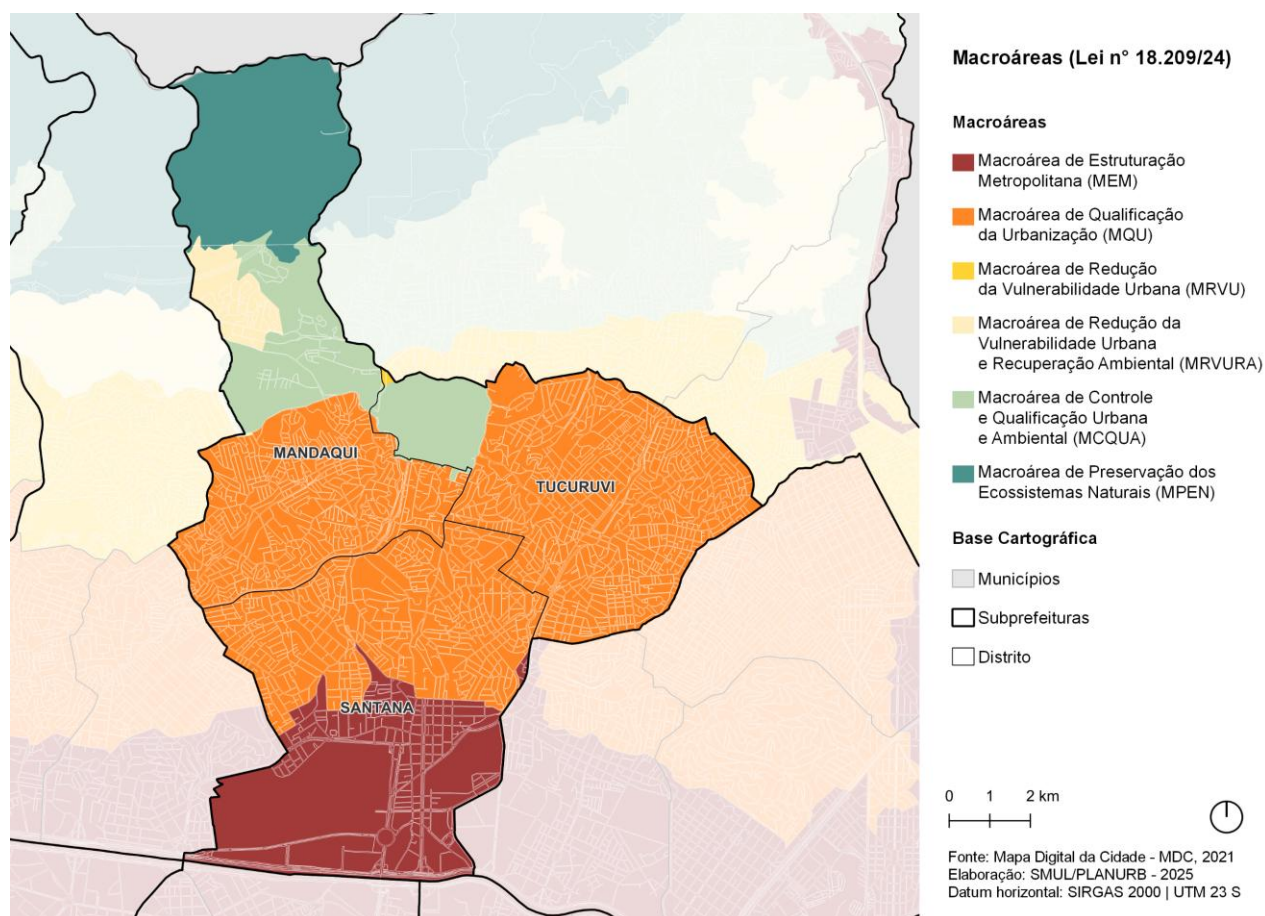
Já a Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, cuja função principal é a prestação de serviços ambientais essenciais para a vida urbana, delimita um território ambientalmente frágil devido às suas características geológicas e geotécnicas, à presença de mananciais de abastecimento hídrico e à significativa biodiversidade. Subdivide-se em quatro macroáreas: Macroárea de Redução da Vulnerabilidade e Recuperação Ambiental (MRVURA) e Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental (MCQUA) na Zona Urbana; Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável (MCUS) e Macroárea de Preservação de Ecossistemas Naturais (MPEN) na Zona Rural.

A figura a seguir ilustra a distribuição das Macrozonas e Macroáreas no território municipal.



Fonte: SMUL/PLANURB, adaptado do Plano Diretor Ilustrado, disponível na plataforma [Gestão Urbana](#).

A seguir, apresentam-se as macroáreas que compõem o território da Subprefeitura Santana-Tucuruvi.



A **Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM)** abrange áreas das planícies dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí, com articulação com o Centro e prolongamento junto às avenidas Jacu-Pêssego, Cupecê e Raimundo Pereira de Magalhães, além das rodovias Anhanguera e Fernão Dias. Delineia-se a partir de vias estruturais, sistemas ferroviários e rodovias que articulam municípios e integram polos de emprego da Região Metropolitana de São Paulo.

Na MEM, verificam-se processos de transformação e conversão econômica, com relevante nível de oportunidades de emprego gerados pela coexistência de antigas áreas industriais e novos padrões de uso e ocupação do solo, nos quais concentram-se atividades terciárias e importantes infraestruturas de transporte de massa. A MEM também abrange áreas de grande potencial de desenvolvimento econômico e social, mas com o desafio de promover maior aproveitamento da terra urbana.

Por abranger territórios com características tão diversificadas, o PDE subdivide a MEM em setores e subsetores, e estabelece os Planos de Intervenção Urbana (PIUs) como o instrumento definidor de estratégias, de parâmetros urbanísticos e de programa de intervenções específicos para cada uma dessas áreas.

O território da subprefeitura Santana-Tucuruvi é, em parte, sobreposto pelo subsetor Arco Tietê, do Setor Orla Ferroviária e Fluvial da MEM.

Por sua vez, a **Macroárea de Qualificação da Urbanização (MQU)** caracteriza-se por territórios que apresentam padrão intermediário de urbanização, considerando as demais macroáreas urbanas. Nela observa-se significativa diversidade de usos e densidades, mas também desafios para melhorar a qualidade do espaço urbano, o que inclui, por exemplo, maior acessibilidade a equipamentos e serviços e a espaços de lazer, além de maior oferta de empregos qualificados.

Dentre os objetivos estabelecidos no art. 14 do PDE para a MQU, incluem-se (1) a melhoria das condições urbanísticas dos bairros existentes com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas; (2) e a ampliação da oferta de oportunidades de trabalho e emprego nos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana e centralidades existentes, criando polos de atração em localidades intermediárias entre centro e periferia.

A **Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana (MRVU)** caracteriza-se por territórios com níveis elevados de vulnerabilidade socioeconômica, baixos índices de desenvolvimento humano e predomínio de assentamentos precários e irregulares. Nessa macroárea a urbanização apresenta desafios estruturantes, com destaque para a alta densidade populacional residente em áreas de risco geológico e de inundação e para o déficit histórico na oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas.

Dentre os objetivos estabelecidos no art. 15 do PDE para a MRVU, incluem-se (1) fortalecer as capacidades de proteção social a partir de melhorias nas condições de vida, de convivência e de acesso às políticas públicas; e (2) minimizar os problemas existentes nas áreas com riscos geológico-geotécnicos, de inundações e decorrentes de solos contaminados e prevenção do surgimento de novas ocupações e de situações de vulnerabilidade.

A Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental (MRVURA)

localiza-se nas bordas da área urbanizada do território municipal, e se caracteriza pelo predomínio de baixos índices de desenvolvimento urbano e assentamentos precários e irregulares associados a situações de elevada vulnerabilidade socioambiental. Nela são comuns áreas urbanas em situação de irregularidade fundiária e de risco geológico e inundação. Nos territórios inseridos na MRVURA também persistem condições de déficit na oferta de equipamentos, infraestruturas urbanas e áreas de lazer, além de excessiva distância das regiões com maior concentração de emprego e serviços.

Dentre os objetivos estabelecidos no art. 18 do PDE para a MRVURA, incluem-se (1) a promoção da urbanização e regularização fundiária dos assentamentos urbanos precários, dotando-os de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana completa e garantindo a segurança na posse e a recuperação da qualidade urbana e ambiental; e (2) o incentivo à consolidação das centralidades de bairro existentes, facilitando a implantação de serviços, comércios e equipamentos comunitários.

Já a **Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental (MCQUA)** caracteriza-se pelo padrão de ocupação horizontalizado e grande diversidade de atividades, com ocorrência tanto de bairros em condições precarizadas de urbanização quanto áreas industriais, de exploração mineral e de reflorestamento. Os territórios demarcados como MCQUA localizam-se nas extremidades da área urbanizada do território municipal, e combinam os desafios da qualificação dos assentamentos urbanos respeitadas as condicionantes ambientais e de contenção do espraiamento da mancha urbana.

Dentre os objetivos estabelecidos no art. 19 do PDE para a MCQUA, incluem-se: A melhoria das condições urbanísticas e ambientais dos bairros existentes com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas; E a contenção da expansão e do adensamento construtivo e demográfico dos assentamentos urbanos precários e irregulares existentes.

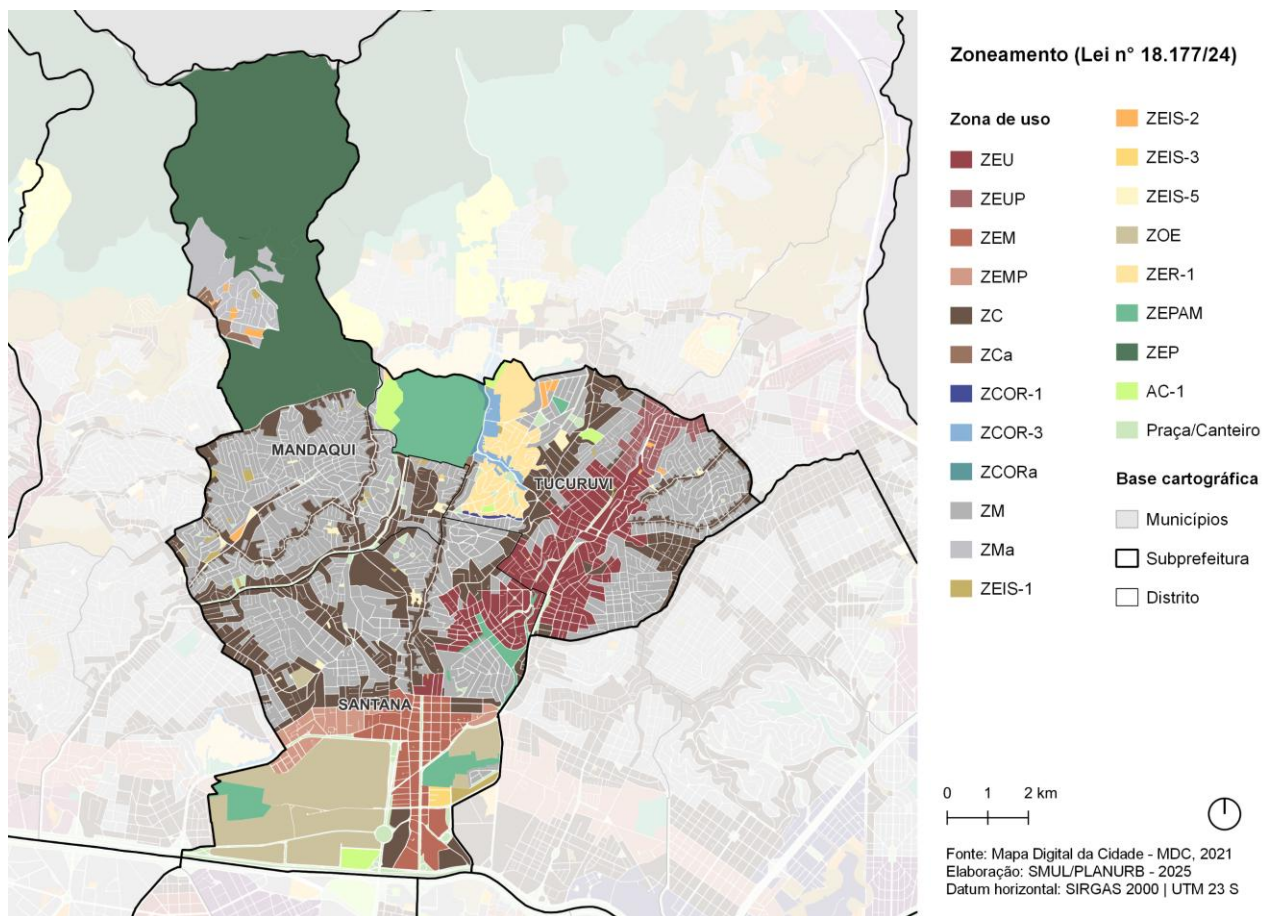
Por fim, a **Macroárea de Preservação de Ecossistemas Naturais (MPEN)** caracteriza-se pela existência de sistemas ambientais ainda pouco impactados por atividades antrópicas e que conservam remanescentes florestais naturais significativos, com expressiva distribuição espacial, continuidade e conservação. Os territórios demarcados como MPEN são, portanto, mantenedores da biodiversidade, e concentram várzeas preservadas, cabeceiras de drenagem, nascentes e cursos d'água, além de áreas com fragilidades geológico-geotécnicas suscetíveis a processos erosivos, escorregamentos e outros movimentos de massa.

Dentre os objetivos estabelecidos no art. 21 do PDE para a MPEN, incluem-se (1) a manutenção das condições naturais dos elementos e processos que compõem os sistemas ambientais; e (2) a promoção de atividades ligadas à pesquisa, ao ecoturismo e à educação ambiental.

2.2. Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS (Lei 16.402/2016, revisada pelas Leis 18.081/2024 e 18.177/2024), complementar ao Plano Diretor Estratégico, regulamenta o zoneamento do Município de São Paulo. A definição das zonas de uso estabelece parâmetros urbanísticos e construtivos, além de orientar a compatibilização entre os usos dos espaços urbanos e ambientais.

O território da Subprefeitura Santana-Tucuruvi é composto pelas zonas de uso de representadas no mapa a seguir.

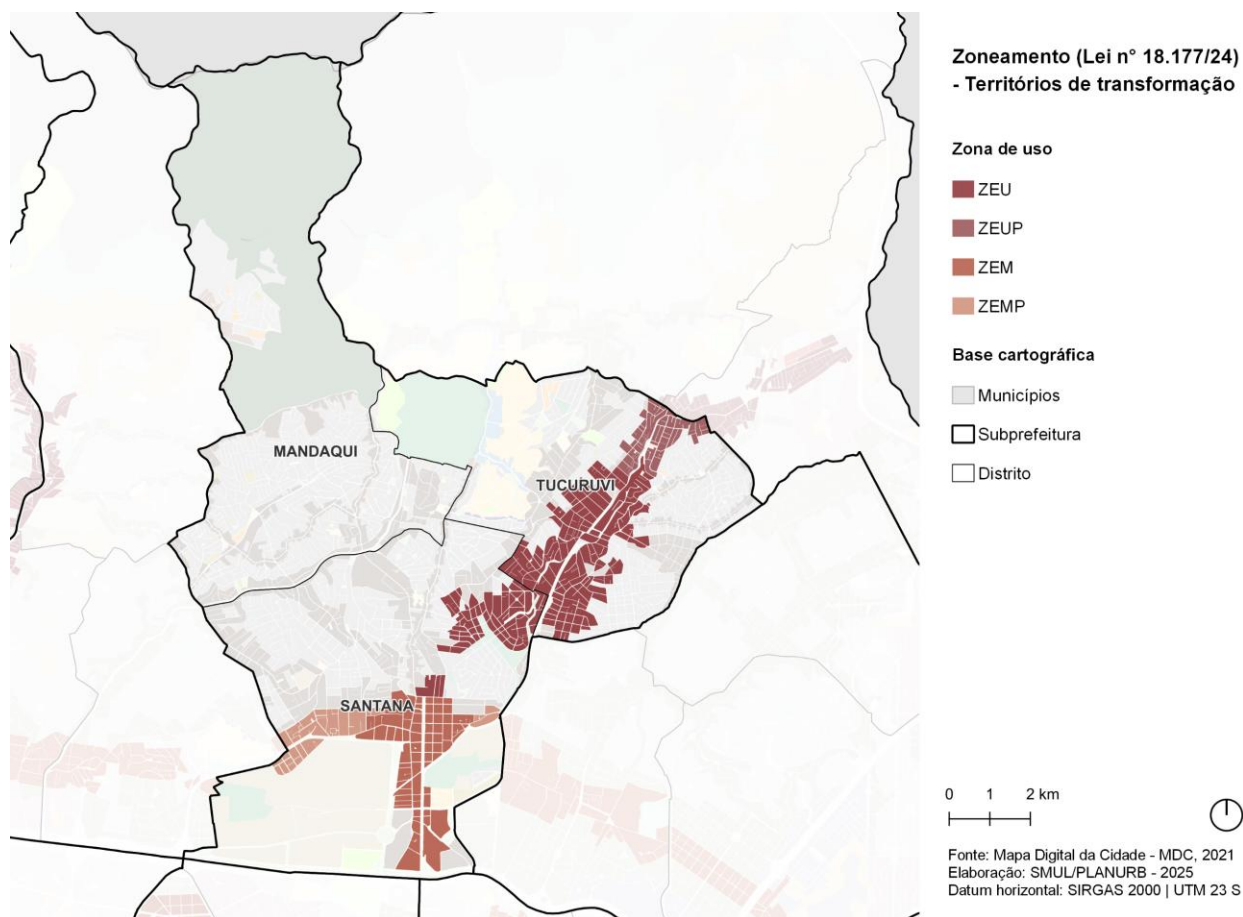


A LPUOS busca a afirmação, no território, das estratégias, objetivos e diretrizes da política urbana e do ordenamento territorial definidos pelo Plano Diretor Estratégico (PDE). Nesse contexto, organiza o zoneamento em três diferentes categorias:

Territórios de transformação

As zonas dos territórios de transformação estão delimitadas em áreas dotadas de infraestrutura de transporte público de alta capacidade, existente ou planejada. Têm como objetivo o adensamento construtivo e habitacional, promovendo a diversificação da atividade econômica. Preveem índices mais elevados de aproveitamento do solo urbano e, consequentemente, recepcionar a atividade imobiliária de forma mais intensiva.

O mapa a seguir destaca os territórios de transformação na Subprefeitura.

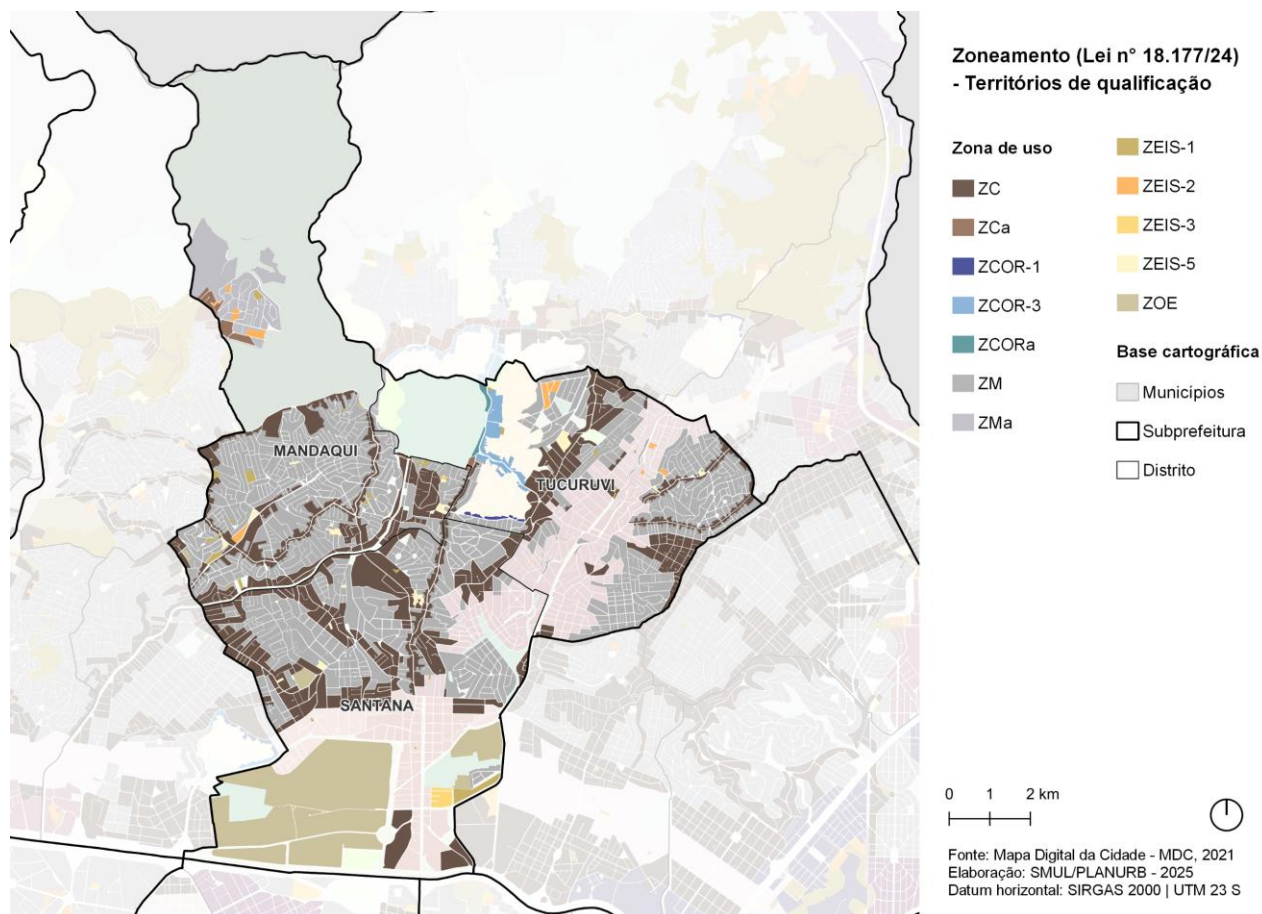


Na Subprefeitura Santana-Tucuruvi, os territórios de transformação são compostos pelas Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU) e Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (ZEUP), Zona Eixo de Estruturação da Transformação Metropolitana (ZEM) e Zona Eixo de Estruturação da Transformação Metropolitana Previsto (ZEMP). Esses territórios representam aproximadamente 11,3% da área da Subprefeitura.

Territórios de qualificação

As zonas dos territórios de qualificação visam a manutenção dos usos não residenciais existentes, o fomento às atividades produtivas e a diversificação de usos do solo. Esses territórios permitem adensamento populacional moderado, a depender das diferentes características que constituem esses territórios.

O mapa a seguir destaca os territórios de qualificação na Subprefeitura.

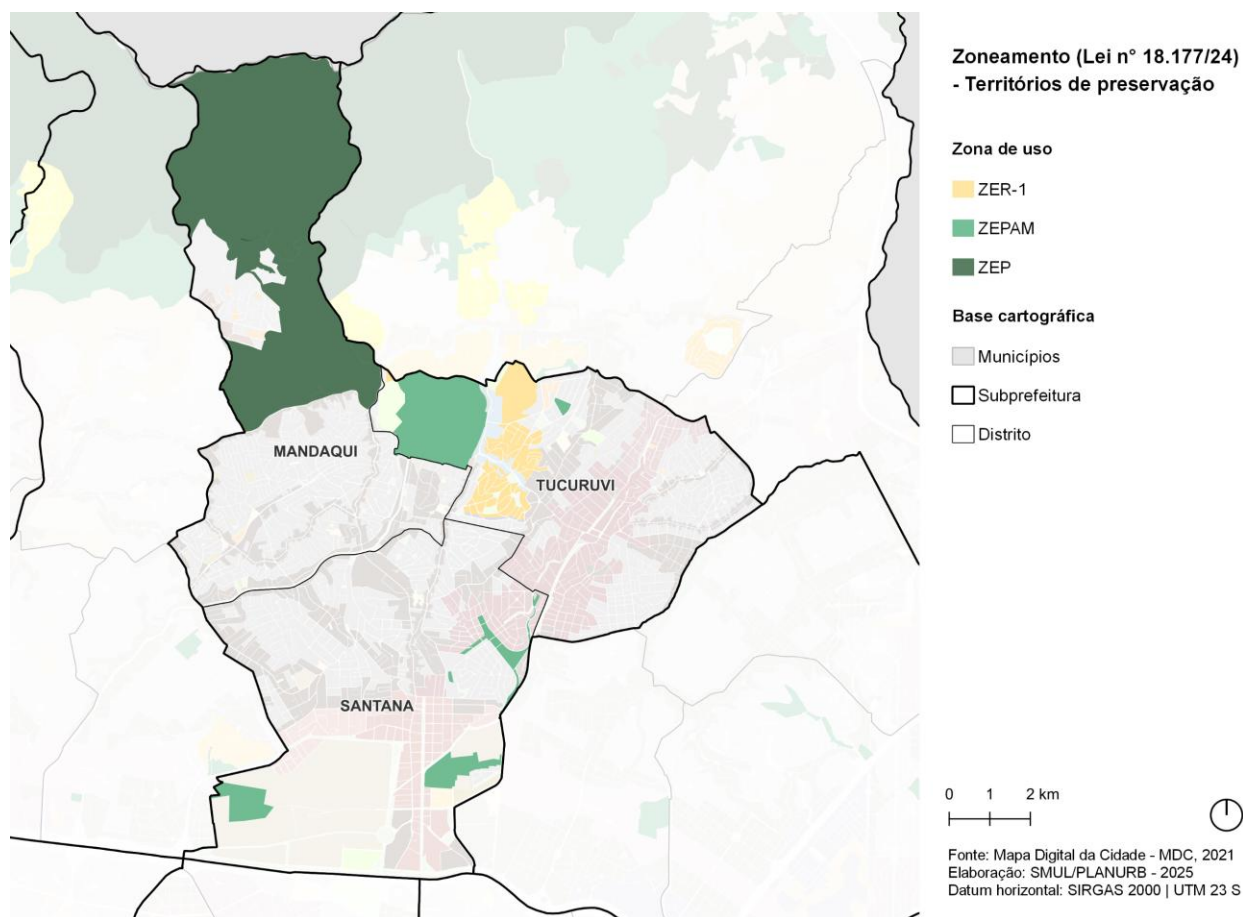


Na Subprefeitura Santana-Tucuruvi, os territórios de qualificação são compostos pelas Zona Centralidade (ZC), Zona Centralidade Ambiental (ZCa), Zona Corredor 1 (ZCOR-1), Zona Corredor 3 (ZCOR-3), Zona Corredor Ambiental (ZCORa), Zona Mista (ZM), Zona Mista Ambiental (ZMa), Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS-1), Zona Especial de Interesse Social 2 (ZEIS-2), Zona Especial de Interesse Social 3 (ZEIS-3), Zona Especial de Interesse Social 5 (ZEIS-5) e Zona de Ocupação Especial (ZOE). Esses territórios representam aproximadamente 50% da área da Subprefeitura.

Territórios de preservação

As zonas dos territórios de preservação visam proteger características ambientais ou tipologias urbanas de baixa e média densidade. Estabelecem parâmetros construtivos mais restritos, desestimulando a atividade imobiliária e a intensiva transformação dos lotes. Essas áreas podem abranger áreas vegetadas ou não, dependendo de determinados aspectos urbanos, como a presença de vilas, bairros ambientais ou zonas estritamente residenciais.

O mapa a seguir destaca os territórios de preservação na Subprefeitura.



Na Subprefeitura Santana-Tucuruvi, os territórios de preservação são compostos pelas Zona Exclusivamente Residencial (ZER-1), Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM) e Zona Especial de Preservação (ZEP). Esses territórios representam aproximadamente 25,4% da área da Subprefeitura.

2.3. Planos Regionais das Subprefeituras

Decorrentes do Plano Diretor Estratégico, os Planos Regionais das Subprefeituras (PRS), instituídos pelo Decreto 57.537/2016, são compostos por diretrizes e propostas para cada macrorregião e subprefeitura do Município, com ênfase aos espaços públicos e à articulação de políticas setoriais no território.

Os PRS são organizados em dois cadernos — Quadro Analítico e Perímetros de Ação —, disponíveis na plataforma [Gestão Urbana](#).

O Quadro Analítico reúne o diagnóstico do território, com base em dados socioespaciais e legislação urbanística vigente na época, e propõe diretrizes regionais ou macrorregionais. Essas diretrizes estabelecem uma interface entre a escala do Plano Diretor e a escala local, contribuindo para a territorialização das intervenções quadrienais da cidade.

O segundo caderno apresenta os Perímetros de Ação, indicados como áreas estratégicas para a qualificação do território. Eles integram a Rede de Estruturação Local, um dos elementos da estratégia territorial do PDE, prevista no artigo 9º e detalhada no artigo 26.

Com base nos PRS, apresentam-se a seguir breves contextualizações sobre as características macrorregionais e regionais, complementadas por um panorama dos Perímetros de Ação incidentes no território.

2.3.1. Contexto Macrorregional

A Subprefeitura Santana-Tucuruvi é parte da Macrorregião Norte 1, que ocupa um território de 125,2 km² e que inclui, também, as subprefeituras Vila Maria-Vila Guilherme e Jaçanã-Tremembé. A Macrorregião Norte 1 é limítrofe, ao Sul, demarcada pelo Rio Tietê, com as macrorregiões Centro-Oeste e Leste 1; à Leste, com o município de Guarulhos; ao Norte, demarcada pela Serra da Cantareira, com o município de Mairiporã; e à Oeste, com a Macrorregião Norte 2.

A Macrorregião Norte 1 concentra 878.874 habitantes, o que corresponde a 8% da população de São Paulo, conforme o Censo de 2022. Entre 2010 e 2022, apresentou redução populacional de 4% em relação ao Censo de 2010; como consequência, a densidade demográfica passou de 73 habitantes/ha em 2010 para 70 habitantes/ha em 2022.

O território da Macrorregião Norte 1 possui grande diversidade ambiental e urbana, abrangendo tanto áreas urbanisticamente qualificadas quanto extremamente carentes de infraestrutura. Apesar da presença da Serra da Cantareira e de parques, a distribuição de áreas verdes na Macrorregião é desigual, sendo constatadas, inclusive, áreas com maior incidência de ilhas de calor.

A rede hídrica da Macrorregião Norte 1 é marcada tanto por rios e córregos urbanizados quanto por importantes áreas de mananciais, nas quais registram-se nascentes e corpos d'água importantes para o abastecimento da cidade, exigindo políticas permanentes de proteção e recuperação ambiental. Como nas demais macrorregiões, muitos dos córregos que percorrem as áreas mais adensadas de Santana-Tucuruvi e Vila Maria-Vila Guilherme foram canalizados e tamponados.

Principais desafios apontados pelo Plano Regional da Macrorregião Norte 1

O Quadro Analítico do Plano Regional da Macrorregião Norte 1 identifica desafios sintetizados nos seguintes pontos:

- Qualificação das conexões Leste-Oeste e a melhoria da conectividade entre distritos e subprefeituras, superando dificuldades topográficas;
- Melhoria tanto nas ligações rodoviárias da região com municípios vizinhos, como Guarulhos, quanto nas conexões de pequena escala para pedestres e ciclistas;
- Maior diversificação e ampliação da atividade produtiva, ampliando a oferta de empregos próximos às áreas de moradia;
- Avanço no atendimento habitacional para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sobretudo na porção norte do território, onde a questão habitacional é acompanhada, com frequência, de situações de conflito ambiental.

2.3.2. Contexto Regional

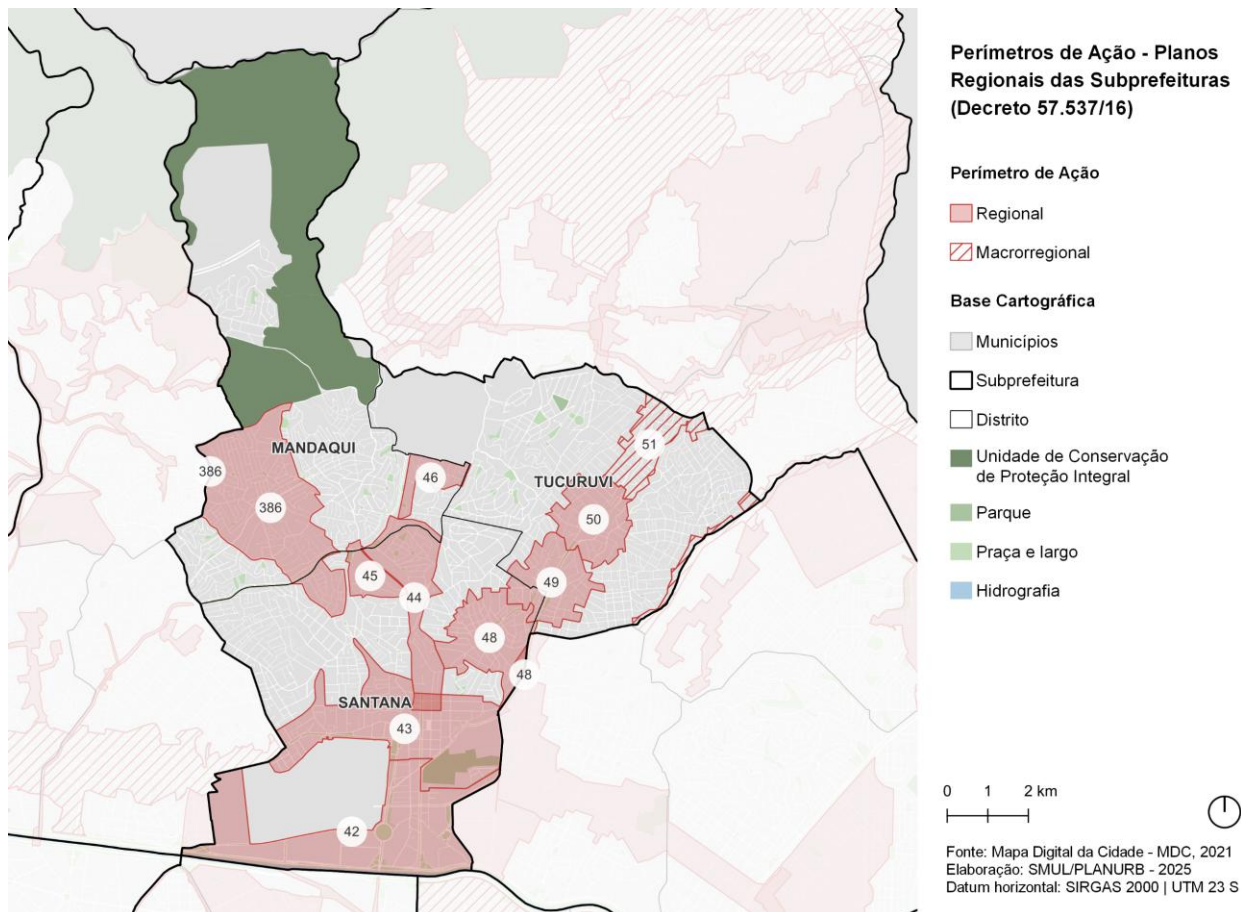
O Quadro Analítico do Plano Regional da Subprefeitura Santana-Tucuruvi indica desafios sociais, econômicos e de infraestrutura. Em relação à vulnerabilidade social, é necessária a regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e loteamentos irregulares, além da provisão de novas unidades habitacionais, incentivando a ocupação de imóveis vagos e ociosos. Além disso, é importante o atendimento a pessoas idosas ou em situação de rua, melhorando a oferta de serviços de assistência social, além da garantia de acesso a equipamentos urbanos e sociais para a população em geral, por meio da ampliação desses serviços.

A concentração de atividades econômicas e de serviços públicos no distrito Santana demanda ações para redução de desigualdades no território da Subprefeitura em relação ao atendimento da população e à distribuição de empregos e rendas. Para tanto, é importante incentivar a ampliação e a diversificação da atividade produtiva e incrementar a oferta de escolas técnicas e cursos profissionalizantes, especialmente no distrito Mandaqui.

Por fim, o aprimoramento da infraestrutura de mobilidade, especialmente por meio da melhoria do transporte público coletivo e da segurança para pedestres e ciclistas, também se faz importante para a melhoria da qualidade de vida na Subprefeitura.

2.3.3. Perímetros de Ação

Para a sistematização e análise dos Perímetros de Ação da Subprefeitura, foram considerados tanto os perímetros delineados no respectivo Plano Regional quanto aqueles que constam no caderno da Macrorregião. O mapa a seguir apresenta os 11 Perímetros de Ação que abrangem o território da Subprefeitura Santana-Tucuruvi.



A sistematização dos Perímetros de Ação (PA) demonstra que, em termos gerais, os objetivos e diretrizes formulados contemplam todos os eixos temáticos identificados, evidenciando uma abordagem integrada das intervenções urbanas. Essa abrangência reflete a intenção de promover melhorias territoriais completas, por meio da articulação entre diferentes frentes setoriais.

Para evidenciar tanto as convergências entre os Perímetros quanto aspectos específicos que possam subsidiar políticas públicas mais direcionadas, a tabela a seguir apresenta de forma sintética a avaliação dos principais eixos temáticos de cada PA, seguida de uma contextualização resumida. A descrição completa e detalhada de todos os perímetros encontra-se nos Planos Regionais correspondentes.

Tabela 1. Perímetros de Ação na Subprefeitura - Principais Eixos Temáticos

ID	Nome	Escala	Meio Amb.	Infra. e San.	Hab. Soc.	Des. Econ. Sust.	Des. Social e Equip.	Pat. Cult.	Mob.
42	Parque Anhembi/Zaki Narchi	Regional	●	●		●	●		●
43	Brás Leme/Centro de Santana	Regional	●	●		●	●	●	●
44	Conexão Santana-Mandaqui	Regional	●	●		●	●		●
45	Hospital do Mandaqui	Regional	●	●		●	●		●
46	Vila Aurora	Regional	●		●		●		●
48	Metrô Jardim São Paulo	Regional	●	●		●	●	●	●
49	Metrô Parada Inglesa	Regional	●	●		●	●		●
50	Metrô Tucuruvi	Regional	●	●		●	●		●
51	Eixo de Estruturação São Paulo-Guarulhos	Macrorregional	●			●			●
52	Córrego da Paciência	Macrorregional	●	●	●		●		●
386	Lauzane Paulista	Regional	●	●	●		●		●

Entre os Perímetros de Ação que concentram diretrizes voltadas à vulnerabilidade socioambiental e à presença de assentamentos precários destacam-se os IDs 46, 52 e 386. Além de ações de provisão habitacional e regularização fundiária, esses perímetros preveem medidas para a recuperação ambiental, especialmente junto a córregos e nascentes, e a criação de áreas verdes.

Esses perímetros também apontam a necessidade de equipamentos e serviços públicos, abrangendo saúde, educação, lazer e assistência social, bem como intervenções na malha viária fragmentada e na qualificação dos espaços livres públicos. Tais intervenções devem considerar o relevo acentuado, garantindo maior mobilidade para pedestres e ciclistas, com atenção à acessibilidade, arborização urbana e iluminação pública.

Outros perímetros se destacam como centralidades — entre eles 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50 e 51 — cujas diretrizes tratam da estruturação de comércio, transporte público e equipamentos de relevância local ou regional. De forma geral, compartilham desafios comuns, como a necessidade de melhoria na circulação de pedestres e ciclistas, qualificação de calçadas e travessias, arborização e iluminação, integração com o transporte coletivo e potencialização do uso dos espaços públicos, associados à potencialização do desenvolvimento econômico local.

Dentro desse grupo, existem diferenças relevantes. Os perímetros Parque Anhembi/Zaki Narchi (42) e Brás Leme/Centro de Santana (43) concentram áreas de grande fluxo de pedestres e transporte coletivo, mas apresentam extensas avenidas pouco convidativas que se configuram como barreiras urbanas, demandando requalificação viária, implantação de travessias e melhor aproveitamento de áreas subutilizadas. Neles, também é apontada a necessidade de atender a população em situação de rua.

Os perímetros Conexão Santana-Mandaqui (44) e Hospital do Mandaqui (45) estão mais voltados à articulação entre transporte e serviços públicos, com destaque para hospitais e corredores de ônibus, exigindo intervenções específicas de acessibilidade e segurança viária. Os perímetros 48, 49 e 50 concentram-se no entorno de estações de metrô, com adensamento residencial e comercial crescente, demandando integração entre transporte público, modos ativos e qualificação de espaços livres.

Por fim, o perímetro 51 constitui um eixo viário estratégico de conexão entre São Paulo e Guarulhos, com papel fundamental no transporte metropolitano e fluxo intenso de veículos e ônibus. Apresenta desafios de mobilidade, incluindo travessias inseguras, calçadas a serem qualificadas e necessidade de implantação de corredores de transporte coletivo e ciclovias, além de medidas de qualificação urbana e ambiental ao longo do eixo.

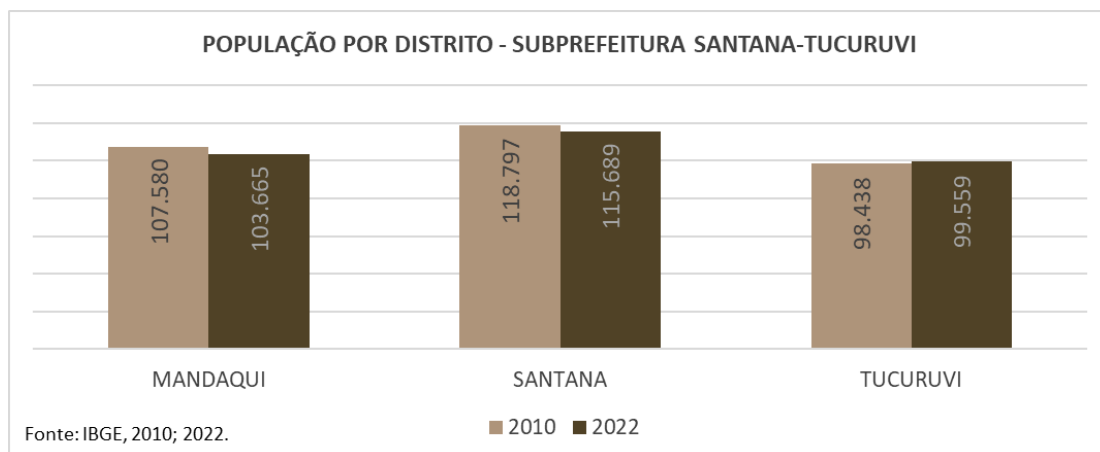
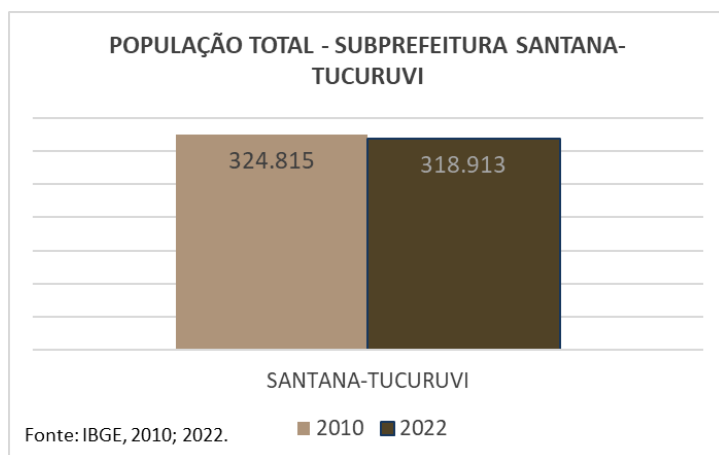
3. Dados e Indicadores

Essa seção visa complementar os diagnósticos territoriais apresentados nos Planos Regionais das Subprefeituras, por meio da apresentação de dados e indicadores socioeconômicos, ambientais e urbanos. Inclui o perfil demográfico da subprefeitura, com base no Censo 2022, e breves panoramas sobre cada eixo temático, elaborados a partir dos indicadores da [Coletânea de Indicadores das Subprefeituras](#), disponível na plataforma Gestão Urbana.

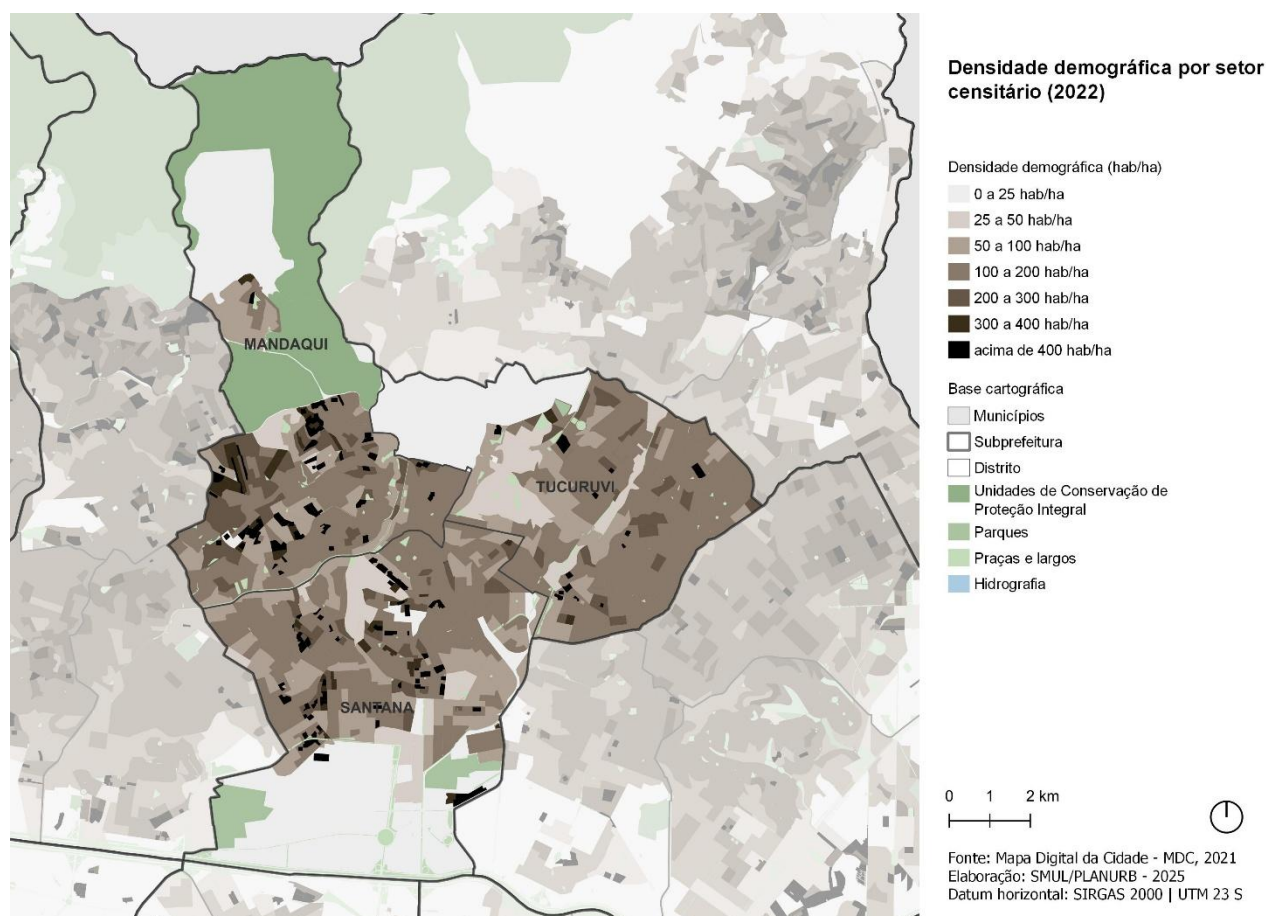
3.1. Perfil Demográfico da Subprefeitura

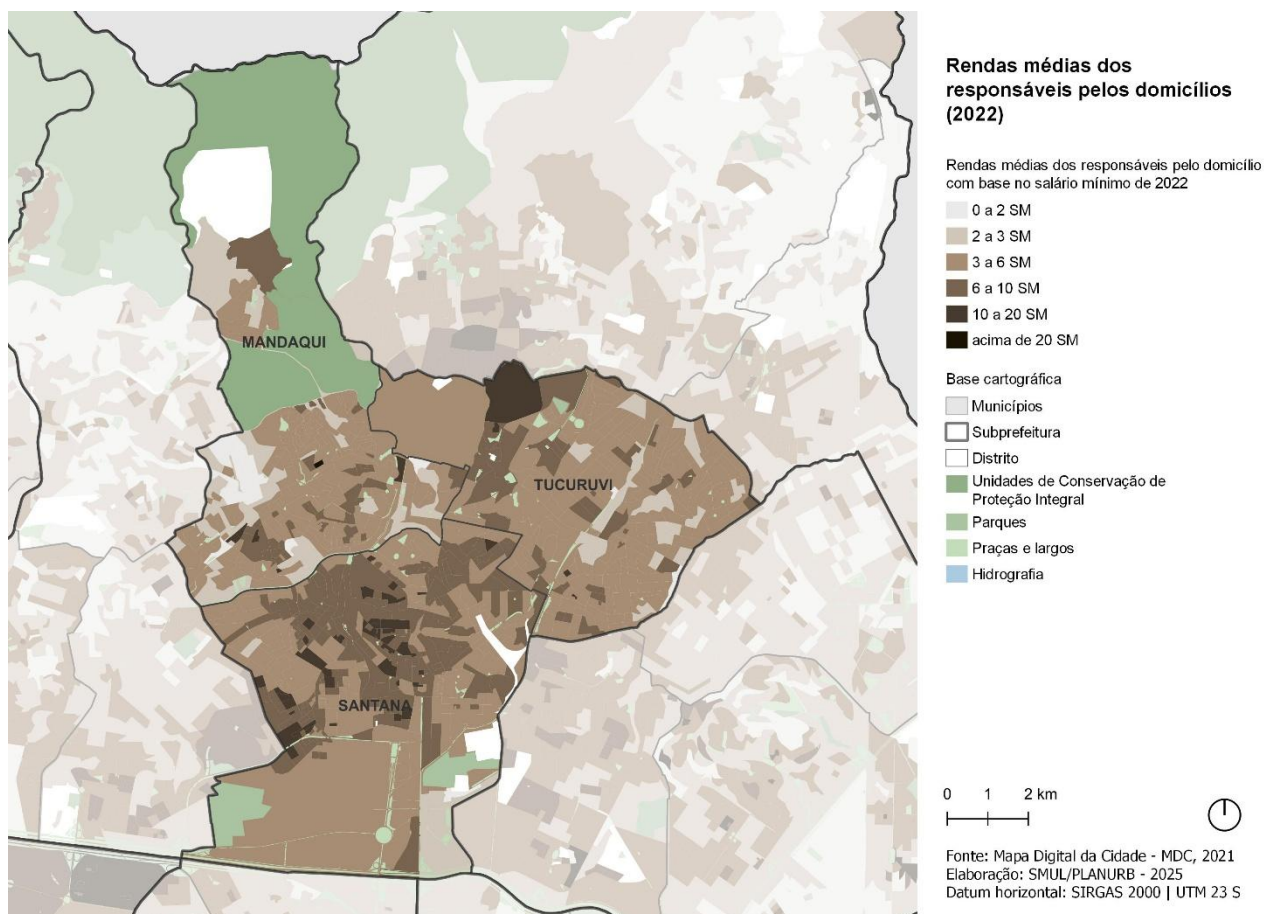
A Subprefeitura Santana-Tucuruvi apresenta população de 318.913 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2022, o que representa 2,78% da população do município de São Paulo. 36,3% da população da Subprefeitura reside no distrito Santana (115.689 habitantes), 32,5% no distrito Mandaqui (103.665 habitantes) e 31,2% no distrito Tucuruvi (99.559 habitantes).

Comparado aos dados do Censo de 2010, a Subprefeitura apresentou uma diminuição de 1,8% em sua população. A redução foi de 3,6% no distrito Mandaqui e de 2,6% no distrito Santana, enquanto Tucuruvi apresentou aumento de 1,1% em sua população.

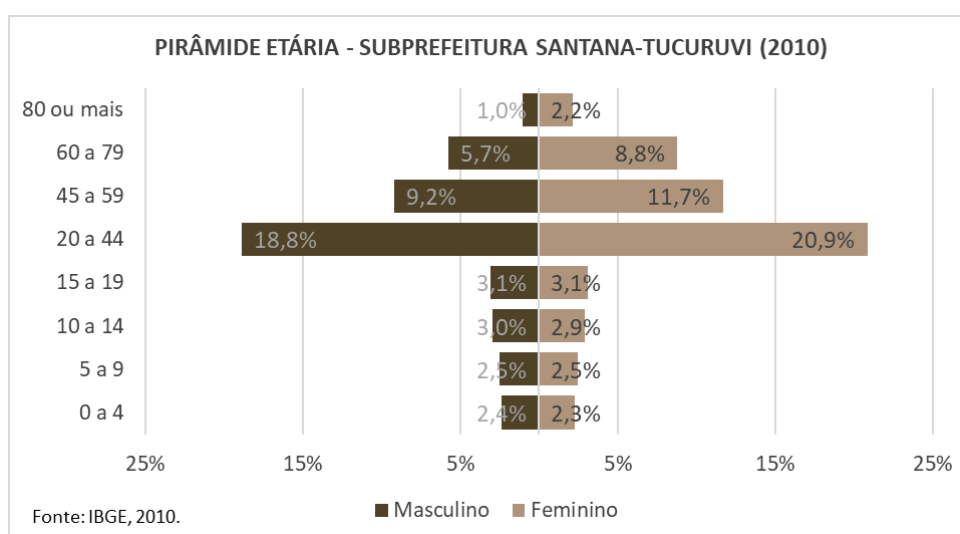
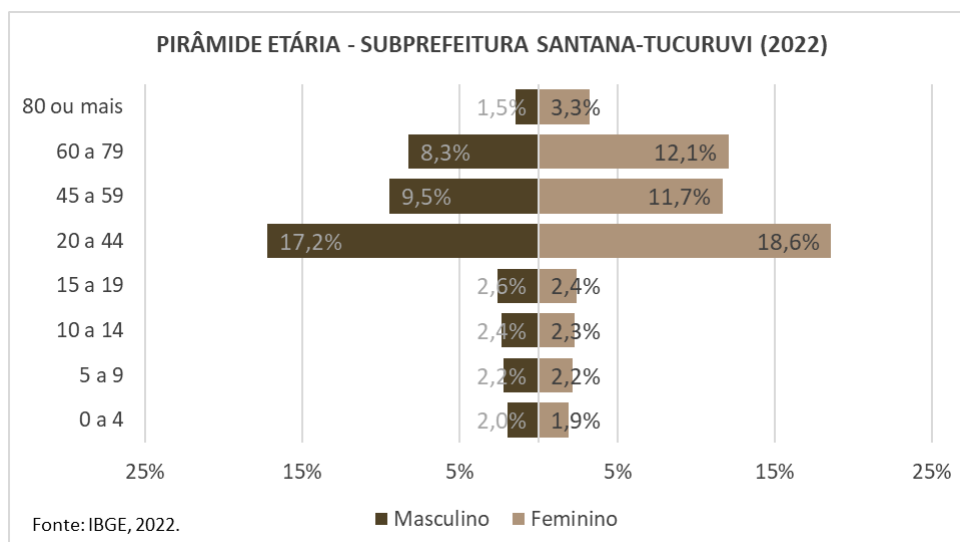


A densidade demográfica da Subprefeitura é de 89,25 habitantes por hectare, havendo uma maior concentração da ocupação na região central e leste da Subprefeitura, em vista da presença de áreas de preservação ambiental a norte, incluindo parcela do Parque Estadual da Cantareira, e da área do Campo de Marte a sul. Desse modo, o distrito Tucuruvi apresenta 105,4 habitantes por hectare, enquanto os distritos Santana e Mandaqui apresentam densidades demográficas menores, de 88,3 e 78,6 habitantes por hectare, respectivamente. De modo geral, as médias de rendas dos responsáveis pelos domicílios na Subprefeitura encontram-se acima de 3 salários-mínimos, com exceção de algumas áreas, especialmente a norte da Subprefeitura, em que a média de renda é inferior a esse valor.

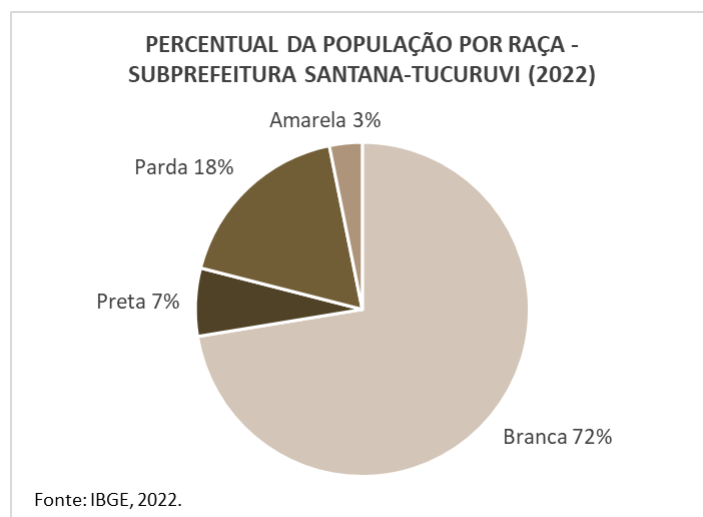




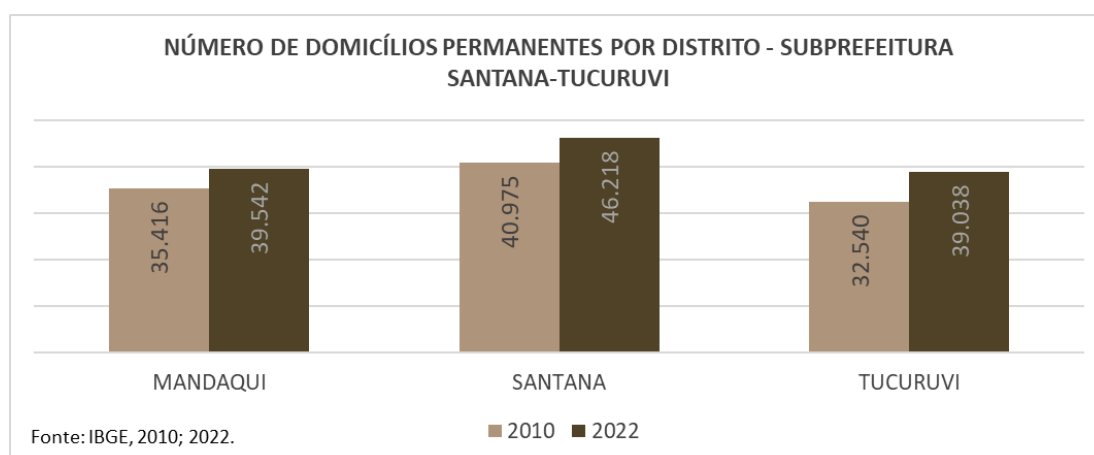
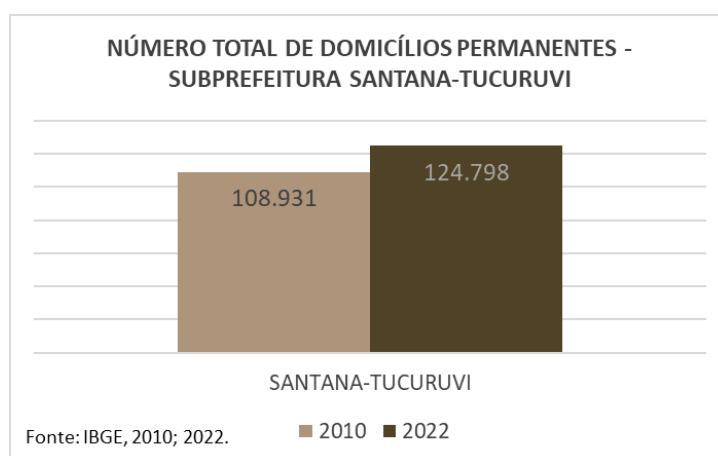
A estrutura etária da Subprefeitura evidencia a predominância da população com idade entre 20 e 59 anos, que representa a maior parte da população economicamente ativa e corresponde a 57% da população da Subprefeitura. A taxa de participação da população economicamente ativa nessa Subprefeitura é menor que a do município, de 59,2%. Em comparação aos dados de 2010, observa-se uma redução da participação da população economicamente ativa e da população com menos de 19 anos, acompanhada de um aumento do percentual de pessoas acima de 60 anos.



Do total da população da Subprefeitura, 72% se autodeclarou branca, 18% parda, 7% preta e 3% amarela, de acordo com dados do Censo de 2022, havendo um percentual significativamente maior de população branca e menor de população preta e parda do que os números gerais do município (que apresentou 54% autodeclarada branca, 34% parda, 10% preta e 2% amarela).



Por fim, em relação aos domicílios, a Subprefeitura apresentou um total de 124.798 domicílios permanentes em 2022, configurando um aumento de 14,6% em relação a 2010. Esse crescimento é menor do que a média de crescimento de domicílios permanentes do município (de 20,5%), e foi maior no distrito Tucuruvi, que apresentou aumento de 20%, enquanto Santana teve aumento de 12,8% e Mandaqui, de 11,7% no número de domicílios permanentes.



3.2. Indicadores por Eixo Temático

Apresentam-se, a seguir, panoramas sintéticos dos eixos temáticos, com base no recorte territorial da subprefeitura, passíveis de complementações em versões futuras. A íntegra dos dados e informações encontra-se na [Coletânea de Indicadores das Subprefeituras](#), disponível na plataforma Gestão Urbana.

Meio Ambiente

No âmbito dos indicadores de Meio Ambiente, observa-se que a Subprefeitura dispõe de 1.299,3 hectares de cobertura vegetal (2020), valor equivalente a 36,31% do território da Subprefeitura. A cobertura vegetal per capita, de 40,7 m²/hab., está acima da mediana municipal, de 22,9 m²/hab.

Quanto à área de parques municipais e estaduais existentes, o território registra 696,6 hectares — valor equivalente a 19,5% de seu território —, frente a uma mediana municipal de 92,3 hectares. Já em relação aos parques municipais planejados pelo PDE, estima-se um potencial de 38,1 hectares.

Infraestrutura e Saneamento Ambiental

No âmbito dos indicadores de Infraestrutura e Saneamento Ambiental, o Censo 2022 indica que 0,9% dos domicílios do Município de São Paulo não possuíam conexão à rede de água, mantendo o índice de 2010, enquanto a ausência de ligação à rede de esgoto reduziu de 8% em 2010 para 2,7% em 2022. Considerando que não estão disponíveis informações atualizadas por subprefeitura, são apresentados os dados de 2010 para a Subprefeitura: 0,04% dos domicílios não estavam conectados à rede de água e 2,26% não dispunham de ligação à rede de esgoto. Esses índices se apresentam abaixo da média municipal para a rede de água (1,32%) e abaixo da média para a rede de esgoto (9,17%).

Vinculados ao sistema de drenagem, a Subprefeitura registrou 1 ocorrência de inundação e 2 de alagamento em 2024, de um total de 214 e 237 no Município, respectivamente. No que se refere aos resíduos sólidos, o território dispõe de 2 unidades de ecoponto, o que representa 1,35 equipamentos a cada 100 mil domicílios.

Por fim, no campo da infraestrutura de telecomunicação, registram-se 38 pontos de Wi-Fi Livre, equivalentes a 20,72 pontos por 100 mil domicílios, correspondentes a locais de acesso gratuito à internet em espaços públicos.

Habitação Social

No âmbito dos indicadores de Habitação Social, observa-se a presença de 17 favelas, que ocupam 4,51 hectares, correspondendo a 0,13% do território da Subprefeitura, frente aos 2.395,7 hectares presentes no Município.

Quanto às áreas em situação de risco hidrológico e geológico, considerando todas as categorias (R1, R2, R3 e R4) e excluídas as sobreposições, registra-se um total de 0,3 hectares — valor equivalente a 0,01% de seu território —, em comparação aos 2.252,4 hectares identificados no Município.

No que se refere aos procedimentos de regularização fundiária em núcleos urbanos informais, entre os anos de 2020 e 2023, foram beneficiadas 9 famílias na Subprefeitura.

Desenvolvimento Econômico Sustentável

Segundo o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2021, a Subprefeitura contava com 110.837 empregos formais, correspondendo a 2,33% do total do Município, com predominância nos setores de serviços (80.847), comércio (20.835) e indústria (4.607).

Entre 2016 e 2021, o total de empregos formais na Subprefeitura cresceu 0,38%, com destaque para o setor de serviços, que registrou aumento de 16,57%. Em contrapartida, o comércio apresentou redução de 26,4% e a indústria de 11,59%.

Tratando do número de estabelecimentos formais, em 2021, a Subprefeitura contava com 9.587 estabelecimentos formais, correspondendo a 3,6% do Município, com predominância de estabelecimentos nos setores de serviço (5.752), comércio (2.907) e indústria (430).

No período de 2016 a 2021, o total de estabelecimentos formais na Subprefeitura diminuiu 6,71%. No período, o setor de serviços registrou queda de 2,67%, o setor de comércio registrou queda 12,71%, enquanto a indústria apresentou queda de 19,02%.

Por fim, observa-se que a proporção de estabelecimentos formais de economia criativa em relação ao total de estabelecimentos formais é de 14,31%.

Desenvolvimento Social e Equipamentos

No âmbito dos indicadores de Desenvolvimento Social e Equipamentos, a Subprefeitura Santana-Tucuruvi apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,869, valor superior ao registrado para o município (0,805).

Entre as famílias em situação de extrema pobreza (2025) — aquelas com renda de até ¼ de salário-mínimo per capita —, registram-se 8.974 famílias, de um total de 482.394 no município.

De acordo com o Censo da População em Situação de Rua (2021), a Subprefeitura contabiliza 1.232 pessoas, diante de um total de 31.884 no município.

Observa-se a presença de 86 equipamentos públicos de educação, da administração direta ou de rede conveniada — incluindo Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI), Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), Centro de Educação Infantil (CEI), Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio (EMEFM), Escola Estadual (EE) e Centro Educacional Unificado (CEU) —, correspondentes a 12,86 equipamentos por 100 mil habitantes residentes na Subprefeitura.

Observa-se a presença de 18 equipamentos públicos de saúde — incluindo UBS, UPA e hospitais —, correspondentes a 5,64 equipamentos por 100 mil habitantes residentes na Subprefeitura.

Observa-se a presença de 13 equipamentos públicos de cultura — incluindo Museus, Bibliotecas, Casas de Cultura, Centro Culturais, CEU e escolas de artes e música —, correspondentes a 4,08 equipamentos por 100 mil habitantes residentes na Subprefeitura.

Observa-se a presença de 8 equipamentos públicos de esporte — incluindo Centros Esportivos, Clubes da Comunidade e CEU —, correspondentes a 2,51 equipamentos por 100 mil habitantes residentes na Subprefeitura.

Observa-se a presença de 30 equipamentos públicos de assistência social, da administração direta ou de rede parceira — incluindo atendimento básico e especial de média e alta complexidade —, correspondentes a 9,41 equipamentos por 100 mil habitantes residentes na Subprefeitura.

Patrimônio Cultural

No âmbito dos indicadores de Patrimônio Cultural, observa-se que, de um total de 5.753 bens tombados no município — incluindo parques e áreas naturais —, a Subprefeitura apresenta 42 bens tombados, correspondente a 23,63% da área de seu território.

A Subprefeitura não apresenta incidência de outros instrumentos de proteção ao patrimônio cultural previstos no PDE.

Mobilidade

No âmbito dos indicadores de Mobilidade, a Subprefeitura apresenta 11,22% da população residente dentro de um raio de 500 metros do transporte público de alta capacidade, traçado a partir das estações de metrô e trem e dos pontos de ônibus localizados nos corredores exclusivos.

Sobre a infraestrutura municipal de transporte, a Subprefeitura não possui corredores exclusivos e dispõe de 25,2 Km de faixas exclusivas de ônibus. Além disso, a rede cicloviária implantada corresponde a 27,8 Km.

Em 2023, foram registradas 20 mortes no trânsito no território da Subprefeitura, diante de 874 no município. Das ocorrências locais, cerca de 50% foram mortes de motociclistas, 30% de pedestres e 10% de ciclistas, sem registros de mortes de ocupantes de veículos (motoristas e passageiros de automóveis, ônibus e caminhões).

4. Intervenções territoriais previstas

Esta seção apresenta as intervenções territoriais previstas para o quadriênio, com vistas a subsidiar a identificação de potencialidades para articulação das diferentes políticas setoriais. No momento, é composta pelas prioridades da gestão municipal, definidas na versão inicial do Programa de Metas 2025-2028, podendo ser revisada e complementada a partir da consolidação de sua versão participativa bem como das definições estabelecidas por outros instrumentos do planejamento municipal.

Ressalta-se que as metas apresentadas, bem como suas localizações, possuem caráter preliminar e podem ser ajustadas ao longo do processo, conforme avaliação dos órgãos competentes.

4.1. Programa de Metas 2025-2028 (versão inicial)

O mapa a seguir apresenta as metas regionalizadas da versão inicial do Programa de Metas 2025-2028 (PdM), considerando o recorte territorial da Macrorregião Norte 1. Na sequência, a tabela traz uma síntese dessas metas. A íntegra do conteúdo, incluindo metas e respectivas ações estratégicas, encontra-se disponível para consulta na plataforma do [Programa de Metas](#).

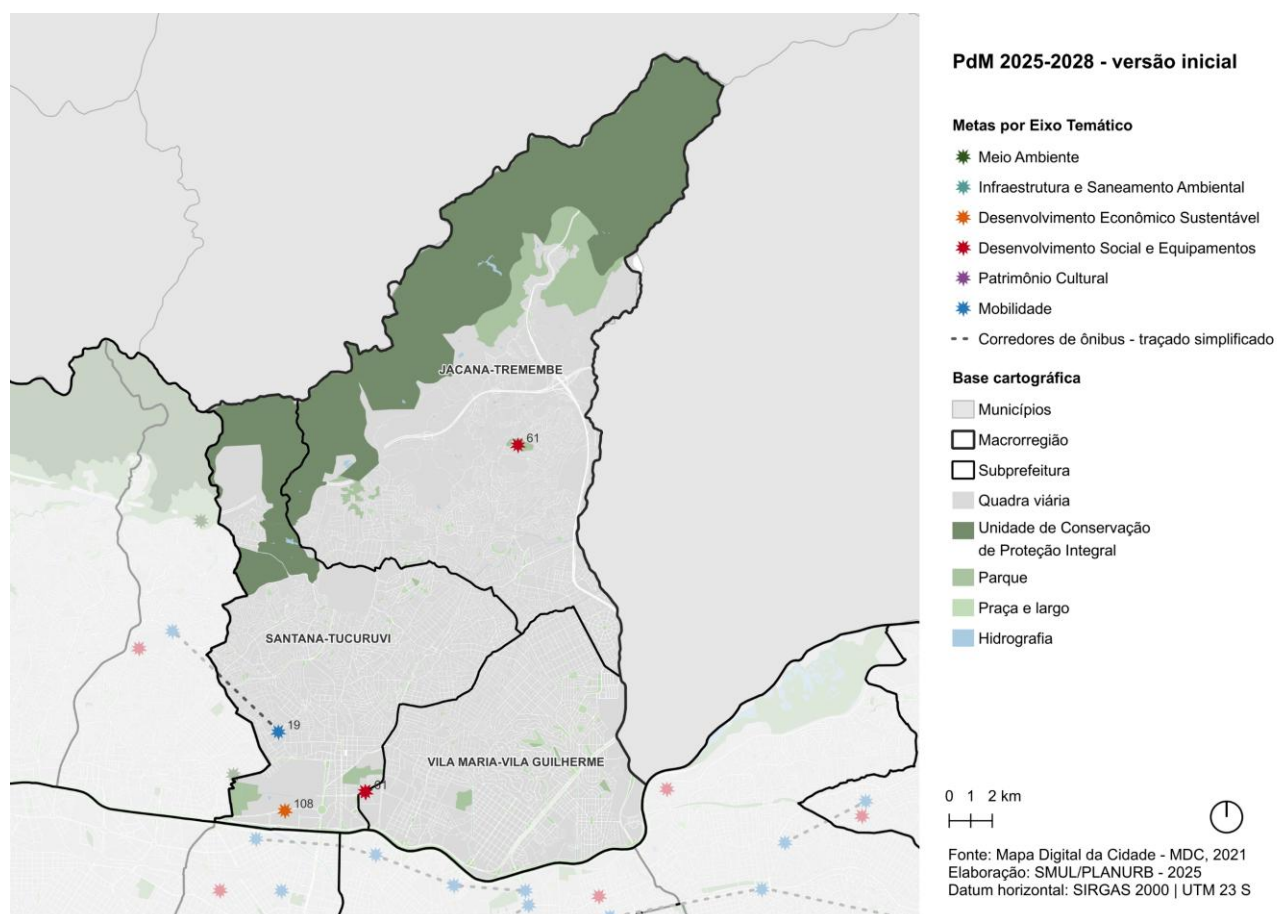


Tabela 2. Metas Regionalizadas na Macrorregião Norte 1

Meta	Conteúdo resumido	Órgão Responsável	Eixo Temático Principal	Subtema Associado
Meta 19	Requalificar o Corredor Imirim	SIURB; SPObras; SMT; SPTrans	Mobilidade	Transporte Público Coletivo
Meta 61	Ampliar o acesso à saúde com a entrega de 48 novos equipamentos	SMS	Desenvolvimento Social e Equipamentos	Equipamento de Saúde
Meta 62	Entregar 4 unidades do novo Paulistão da Saúde	SMS	Desenvolvimento Social e Equipamentos	Equipamento de Saúde
Meta 108	Iniciar a construção da Arena Multiuso do Anhembi	SGM; SPTuris	Desenvolvimento Econômico Sustentável	Turismo

Meta prevista dentro dos limites da Subprefeitura Santana-Tucuruvi

Entre as intervenções previstas para o território da Subprefeitura Santana-Tucuruvi, observam-se dois eixos temáticos. No eixo da *Mobilidade*, a Meta 19 do PdM estabelece a requalificação do Corredor Imirim em sua extensão. A ação tem como objetivo aprimorar o sistema de transporte coletivo público em vias estruturais da zona norte, promovendo melhores condições de uso, segurança e eficiência no deslocamento dos passageiros para outras regiões do município.

No eixo do *Desenvolvimento Econômico Sustentável*, a Meta 108 contempla o início da construção da Arena Multiuso no distrito do Anhembi, empreendimento que projeta o fortalecimento da competência turística da região para sediar eventos de diferentes naturezas, e, consequentemente, impulsionar o dinamismo econômico local.

Além das metas já regionalizadas na Macrorregião e Subprefeitura, as tabelas a seguir apresentam aquelas ainda passíveis de regionalização. Embora não contemplem, neste momento, a definição territorial de suas ações, essas metas poderão, ao longo da implementação do PdM 2025-2028 e conforme os critérios estabelecidos pelos órgãos competentes, ser direcionadas também para o território da Subprefeitura.

Para fins de análise, neste relatório as metas foram agrupadas em dois blocos temáticos: o primeiro reúne ações relacionadas a meio ambiente, infraestrutura e saneamento ambiental, e habitação social; o segundo abrange iniciativas de desenvolvimento econômico sustentável, desenvolvimento social e equipamentos, patrimônio cultural e mobilidade.

Ressalta-se que uma mesma meta pode se relacionar a mais de um bloco temático, em razão de sua natureza transversal, e que algumas já se encontram parcialmente regionalizadas na versão inicial do PdM.

Tabela 3. Metas Regionalizáveis – Bloco Temático 1:
Meio Ambiente | Infraestrutura e Saneamento Ambiental | Habitação Social

Meta	Conteúdo resumido	Órgão Responsável	Subtema(s) associado(s)
Meta 2	Revitalizar 25 parques	SVMA	Parque
Meta 3	Realizar o Projeto Árvores de São Paulo	SVMA; SMSUB	Arborização Urbana; Área Verde; Educação Ambiental; Drenagem
Meta 4	Alcançar 11,4% de tratamento de materiais recicláveis	SPRegula; SMSUB; SMDet	Resíduos Sólidos; Recuperação Ambiental; Mudanças Climáticas
Meta 5	Levar atividades de conscientização e educação ambiental a 240 mil pessoas	SVMA	Educação Ambiental
Meta 7	Entregar 40 mil habitações de interesse social a famílias de baixa renda	SEHAB	Provisão Habitacional
Meta 8	Entregar 100 mil títulos de posse ou propriedade por meio do Pode Entrar – Regularização Fundiária	SEHAB	Regularização Fundiária
Meta 9	Beneficiar 50 mil famílias com urbanização de áreas de favela	SEHAB	Plano de Urbanização
Meta 10	Revitalizar 20 empreendimentos habitacionais sob responsabilidade da SEHAB/COHAB	SEHAB	Provisão Habitacional
Meta 11	Realizar obras de canalização de córregos e contenção de encostas em 14 áreas prioritárias	SIURB; SEHAB	Áreas de Risco; Rede Hídrica; Drenagem
Meta 51	Realizar 10 ações de requalificação urbana	SMUL	Espaço Livre Público
Meta 84	Entregar 10 Vilas Reencontro	SMADS	Provisão Habitacional
Meta 106	Fortalecer o Programa Sampa+Rural	SMDet	Educação Ambiental
Meta 116	Estabelecer um Centro de Inovação	SMIT	Cidade Inteligente

Tabela 4. Metas Regionalizáveis – Bloco Temático 2: Desenvolvimento Econômico Sustentável | Desenvolvimento Social e Equipamentos | Patrimônio Cultural | Mobilidade

Meta	Conteúdo resumido	Órgão Responsável	Subtema(s) associado(s)
Meta 4	Alcançar 11,4% de tratamento de materiais recicláveis	SPRegula; SMSUB; SMDET	Agroecologia e Sustentabilidade
Meta 5	Levar atividades de conscientização e educação ambiental a 240 mil pessoas	SVMA	Agroecologia e Sustentabilidade
Meta 11	Realizar obras de canalização de córregos e contenção de encostas em 14 áreas prioritárias	SIURB; SEHAB	Segurança Pública
Meta 44	Atingir 1.000 quilômetros de malha cicloviária	SMT	Sistema Cicloviário; Segurança Viária
Meta 45	Instalar mais 200 quilômetros de Faixa Azul	SMT	Sistema Viário; Segurança Viária
Meta 47	Entregar um heliponto na Marginal Tietê	SMSUB	Segurança Pública; Segurança Viária
Meta 48	Recuperar 10.000.000 de metros quadrados de vias públicas com asfalto novo	SMSUB	Sistema Viário
Meta 49	Pavimentar 400.000 metros quadrados de vias de terra	SMSUB	Sistema Viário; Transporte Público Coletivo
Meta 50	Renovar 1.000.000 de metros quadrados de calçadas	SMSUB	Circulação de Pedestres; Acessibilidade
Meta 51	Realizar 10 ações de requalificação urbana	SMUL	Centralidade Local; Circulação de Pedestres; Acessibilidade
Meta 57	Levar a mais 200 escolas o Programa de Proteção Escolar	SMSU	Equipamento de Educação; Segurança Pública
Meta 60	Assegurar o atendimento do Programa Guardiã Maria da Penha	SMSU; SMDHC; SMDET; SMADS; SGM/SEPE	Equipamento de Assistência Social; Segurança Pública; Vulnerabilidade Social
Meta 61	Ampliar o acesso à saúde com a entrega de 48 novos equipamentos	SMS	Equipamento de Saúde
Meta 62	Entregar 4 unidades do novo Paulistão da Saúde	SMS	Equipamento de Saúde
Meta 63	Reformar 8 hospitais, viabilizar melhorias em outros 4 e entregar o novo Hospital Sorocabana	SMS	Equipamento de Saúde
Meta 70	Entregar 3 Centros TEA nas regiões Leste, Sul e Oeste	SMPED	Equipamentos e Serviços Públicos; Equipamento de Saúde; Equipamento de Educação
Meta 71	Abrir ou requalificar 15 equipamentos e serviços de atendimento a pessoas com deficiência e TEA	SMS	Equipamento de Saúde
Meta 72	Entregar 4 unidades da Casa Mãe Paulistana – Pessoa com Deficiência	SMPED	Equipamentos e Serviços Públicos
Meta 81	Inaugurar 12 novos CEUs e viabilizar mais 10	SME	Equipamento de Educação; Equipamentos e Serviços Públicos
Meta 83	Entregar 25 novos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional	SMDHC/SESANA	Equipamento de Segurança Alimentar; Vulnerabilidade Social

Meta 84	Entregar 10 Vilas Reencontro	SMADS	Equipamento de Assistência Social; Vulnerabilidade Social
Meta 87	Priorizar 25 obras, novas ou de reforma, nos cemitérios públicos	SPRegula	Equipamentos e Serviços Públicos; Patrimônio Material
Meta 88	Requalificar 65 equipamentos esportivos	SEME	Equipamento de Esporte e Lazer
Meta 89	Expandir o Programa Centro Olímpico para 6 novos locais	SEME	Equipamento de Esporte e Lazer
Meta 90	Criar o Programa de Requalificação de Equipamentos Culturais “SP+Cultura – Requalifica” e revitalizar 25 espaços culturais	SMC	Equipamento de Cultura
Meta 91	Abrir duas novas unidades da Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA)	SMC	Equipamento de Cultura
Meta 96	Inaugurar o Polo Sampa Games e acelerar o desenvolvimento de 100 empresas do setor	SMDet	Economia Criativa
Meta 98	Abrir 5 novos equipamentos de economia criativa	SMC; SMDet	Economia Criativa; Vulnerabilidade Social
Meta 106	Fortalecer o Programa Sampa+Rural	SMDet	Agroecologia e Sustentabilidade; Turismo; Equipamento de Educação
Meta 109	Dobrar o número de roteiros do Programa Vai de Roteiro	SMTUR	Turismo
Meta 116	Estabelecer um Centro de Inovação	SMIT	Economia Criativa; Equipamentos e Serviços Públicos

5. Participação Social

Neste ciclo de planejamento, a participação social vinculada aos Planos de Ação das Subprefeituras atende simultaneamente ao Decreto 57.537/2016, que trata da elaboração dos PAS, e ao Decreto 59.574/2020, que determina a realização de audiências públicas integradas sobre os instrumentos do Sistema Municipal de Planejamento.

A primeira etapa, realizada entre abril e maio de 2025, contou com 36 audiências públicas — uma geral, três temáticas e 32 regionais — além de consulta virtual na plataforma Participe+. De caráter integrado, essa fase reuniu contribuições para o Programa de Metas, o Plano Plurianual, os Planos de Ação das Subprefeituras e o Orçamento Cidadão. No que se refere aos PAS, os resultados foram sistematizados em relatório específico elaborado pela SMUL/PLANURB, disponível na [Plataforma Gestão Urbana](#).

A segunda etapa, realizada entre julho e setembro de 2025, consistiu em oficinas participativas nas 32 subprefeituras, uma oficina participativa junto ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e em nova consulta virtual, voltadas à identificação de potencialidades e eventuais demandas no território. Os resultados dessa etapa estão em processo de sistematização e georreferenciamento e servirão como insumo para análises futuras dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Por fim, está prevista a realização de audiência pública devolutiva, de caráter integrado, em atendimento às legislações mencionadas.

6. Mapas por Bloco Temático

Esta seção apresenta mapas organizados por Bloco Temático, com o objetivo de apoiar a visualização das diferentes dimensões do planejamento municipal e auxiliar na identificação de potenciais oportunidades de articulação entre ações previstas. A organização em blocos segue a classificação por Eixos Temáticos apresentada na Seção 1, de modo a favorecer uma leitura integrada das informações.

Os mapas reúnem o recorte das prioridades definidas na versão inicial do Programa de Metas 2025-2028, bem como ações setoriais destacadas nos anexos do Plano Diretor Estratégico. Cabe ressaltar que, neste momento, apenas as ações previstas no Programa de Metas possuem indicação de implementação no quadriênio 2025-2028. As metas apresentadas e suas respectivas localizações têm caráter preliminar nesta versão e poderão ser revistas ou ajustadas ao longo do processo, em conformidade com a avaliação técnica dos órgãos competentes. A base cartográfica é estruturada a partir de cadastros territoriais de referência, podendo ser complementada por outras camadas informacionais, de acordo com as necessidades específicas de análise.

A seguir, constam as principais camadas selecionadas para cada mapa.

Bloco Temático 1

Meio Ambiente: Unidades de Conservação de Proteção Integral e Parques, existentes e propostos conforme Mapa 5 anexo ao PDE.

Infraestrutura e Saneamento Ambiental: Aterros, Ecopontos, Redes de Infraestrutura de Energia e Dutos de Óleo e Gás, Piscinões existentes, além de intervenções lineares e pontuais do Sistema de Drenagem propostas conforme mapa 12 anexo ao PDE.

Habitação Social: Áreas de risco (hidrológico e geológico) e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS-1, ZEIS-2, ZEIS-3, ZEIS-4 e ZEIS-5).

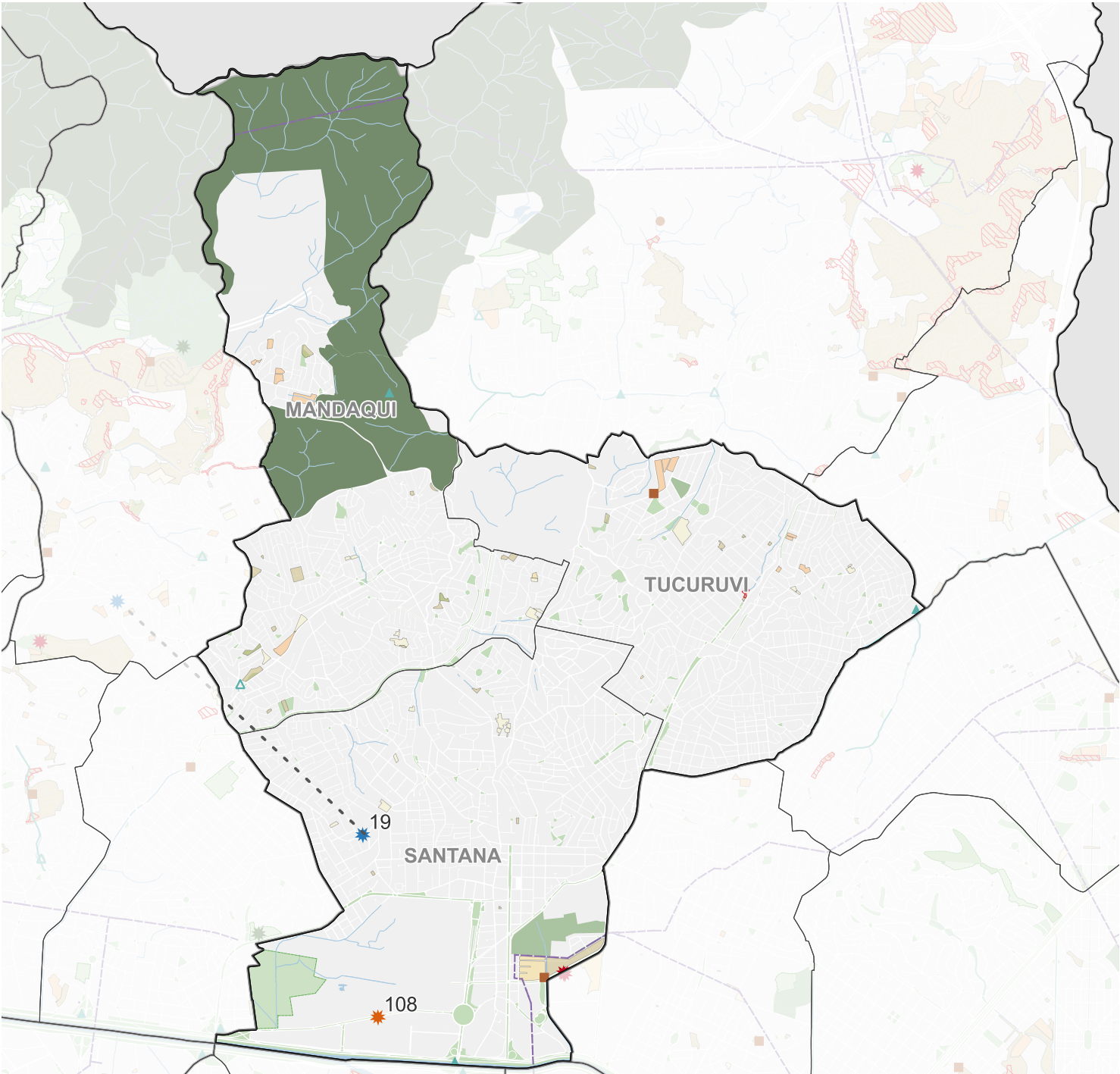
Bloco Temático 2

Desenvolvimento Econômico Sustentável: Parques Tecnológicos, Polos de Economia Criativa e Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico conforme PDE.

Desenvolvimento Social e Equipamentos Públicos: Hospitais, Centros de Educação Unificados (CEU), Casas de Cultura, Centros Culturais, Espaços Culturais, Centros Esportivos e Clubes da Comunidade.

Patrimônio Cultural: Bens tombados.

Mobilidade: Rede Cicloviária existente, Sistema de Transporte Público Coletivo conforme mapa 9 anexo ao PDE.



Bloco Temático 1
Meio Ambiente | Infraestrutura e Saneamento Ambiental | Habitação Social

Existente

Sistema de Áreas Protegidas
Áreas Verdes e Espaços Livres
(Mapa 5 - PDE)

- Unidade de Conservação de Proteção Integral
- Parque

Habitação Social

- ZEIS-1
- ZEIS-2
- ZEIS-3
- ZEIS-5
- Áreas de risco

Infraestrutura

- Duto e Linhão
- Ecoponto
- Piscinão

Ações Propostas - PDE

Sistema de Áreas Protegidas
Áreas Verdes e Espaços Livres
(Mapa 5)

- Parque

Sistema de Drenagem
(Mapa 12)

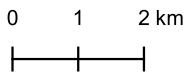
- Ação Pontual Proposta
- Ação Linear Proposta

PdM 2025-2028 - Versão Inicial

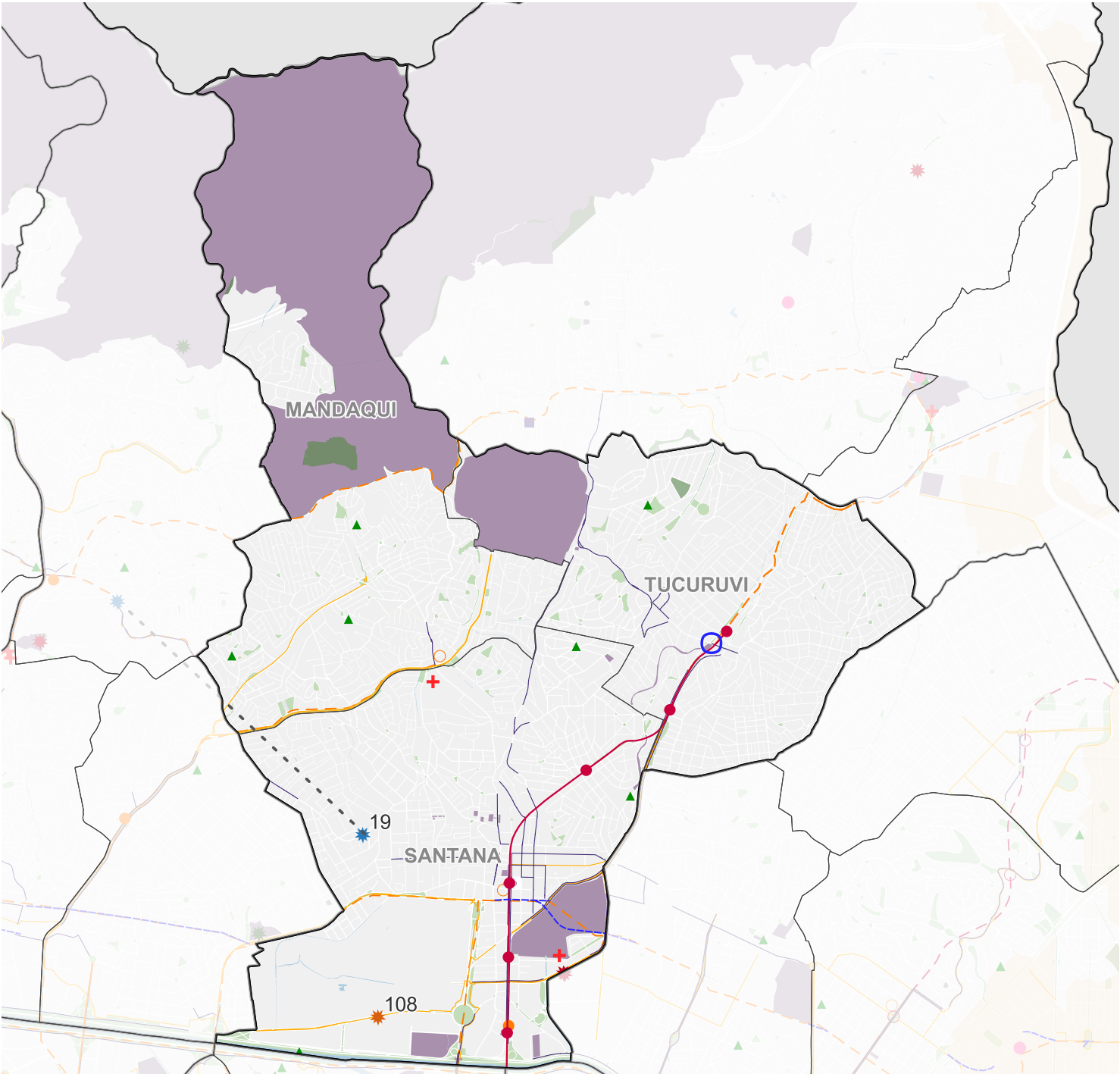
- Desenvolvimento Econômico Sustentável
- Mobilidade

Base Cartográfica

- Municípios
- Subprefeitura
- Distrito
- Quadra Viária
- Praça e Largo
- Hidrografia



Fonte: Mapa Digital da Cidade - MDC, 2021
Elaboração: SMUL/PLANURB - 2025
Datum horizontal: SIRGAS 2000 | UTM 23 S



Bloco Temático 2
Desenvolvimento Econômico Sustentável | Desenvolvimento Social e Equipamentos | Patrimônio Cultural | Mobilidade

Existente

Mobilidade

- Estação de Metrô
- Terminal de Ônibus
- Linha de Metrô
- Faixa Exclusiva de Ônibus
- Rede Cicloviária

Equipamentos Públicos

- ✚ Hospital
- ▲ Equipamento Esportivo

Patrimônio Cultural

- Bem Tombado

Ações Propostas - PDE

Sistema Viário (Mapa 8)

- Via Estrutural a Abrir
- Intervenção Pontual

Sistema de Transporte Público Coletivo (Mapa 9)

- Terminal de Ônibus
- Corredor de Ônibus

PdM 2025-2028 - Versão Inicial

- ★ Desenvolvimento Econômico Sustentável
- ★ Mobilidade

Base Cartográfica

- Municípios
- Subprefeitura
- Distrito
- Quadra Viária
- Unidade de Conservação de Proteção Integral
- Parque
- Praça e Largo
- Hidrografia

012 km

7. Considerações finais

Este relatório, resultado da etapa inicial dos PAS, é constituído pela sistematização das disposições do PDE e dos PRS para cada uma das subprefeituras do município, relacionando-as com ações e intervenções territoriais previstas pela atual gestão no Programa de Metas 2025-2028 (versão inicial).

O processo de elaboração dos PAS, feito de forma integrada e simultânea à elaboração do Programa de Metas e leis orçamentárias, terá continuidade na etapa 2, a partir da publicação das versões finais desses instrumentos de planejamento e da sistematização das contribuições da população constantes no processo participativo integrado em curso.

A combinação entre as disposições da política de desenvolvimento urbano, as ações prioritárias previstas para o próximo quadriênio e as demandas da população possibilitará a identificação de prioridades, sinergias e oportunidades de articulação entre órgãos municipais e as diversas iniciativas planejadas em nível local, amplificando os impactos de cada projeto na gestão do território, a cargo das Subprefeituras, e no cotidiano da população.

A sistematização e a compatibilização das informações contidas nos PAS em cada ciclo de planejamento no início da gestão municipal visam consolidá-lo como instrumento de articulação institucional e de efetivação da política de desenvolvimento urbano na escala local, contribuindo para o “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado” do seu território, conforme disposto no atual PDE.

Planos de Ação das Subprefeituras 2026-2029

Produto 1 – Bases e Indicadores

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL

Coordenadoria de Planejamento Urbano – PLANURB

Gabinete SMUL

Elisabete França - Secretária Municipal

Júlia Maia Jereissati - Secretária Adjunta

José Luiz Tabith Junior - Secretário Executivo Adjunto

Coordenação SMUL/PLANURB

Fernando Henrique Gasperini

Equipe Técnica SMUL/PLANURB

Camila Ayra Mori

Flávia Taliberti Peretto

Giovanna Estevam Saquietti

Guilherme Iseri de Brito

Gustavo Rogério de Lucca

Márcia Petrone

Maria Stella Cardeal de Oliveira

Mateus Tourinho Borges Penteado

Raquel Araujo de Jesus Ponte

Rosana Yamaguti

Equipe do Programa de Qualificação de Arquitetos e Urbanistas (PQAU)

Acordo de Cooperação Técnica CAU/SP Nº 06/202

Amanda Pires da Silva

Caio Aguiar da Silva

Francisco Rodrigues Chaves

Jessica Raidislane Marcolino do Nascimento

Lucas Matheus Ribeiro de Melo

Luciana Orellano Fernandes

Maiara Oliveira Silva de Aguiar

Maria Vitória Araujo do Nascimento

Mariana da Silva Barros

Paolla Karrara Oliveira e Silva

Rosilene Francisca Vitorino de Andrade

Weiler Sergio Mêrces Teixeira

Wendel Fermino dos Santos